

# ***A TEORIA DO ESTADO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE GOVERNO***

Humberto César Machado  
Pedro Humberto Faria Campos

ISBN: 978-85-68122-03-7

  
EDITORA  
ALFREDO  
NASSER



***A TEORIA DO ESTADO E A  
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE  
GOVERNO***



Catálogo na fonte da Biblioteca Central da Faculdade Alfredo Nasser

Ficha elaborada pela Bibliotecária Francisca R. da .Silva. CRB1 1592

Machado, Humberto César

A representação social do risco de acidente aéreo e da  
segurança de voo em pilotos comerciais / Humberto César  
Machado e Pedro Humberto Faria Campos - Aparecida de  
Goiânia : FACULDADE ALFREDO NASSER, 2014.

102 p.

ISBN 978-85-68122-03-7

I. Acidente aéreo II. Segurança de Voo  
III. Representação Social.

CDU 331.465



***FACULDADE ALFREDO NASSER***

***DIRETOR PRESIDENTE***

PROF. ALCIDES RIBEIRO FILHO

***DIRETOR ACADÊMICO***

PROF. CARLOS ALBERTO VICCHIATTI

***DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS***

PROF. LUIZ ANTONIO DE FARIA

***DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO***

PROF. DIVINO ETERNO DE PAULA GUSTAVO

***EXPEDIENTE***

***COORDENADORA DE PESQUISA***

PROFA. SABRINA FONSECA INGÊNITO MOREIRA DANTAS

***EDITORA-CHEFE***

PROFA. MICHELE GIACOMET

***EDITOR DE LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO***

FELIPE PEREIRA SILVA





## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Luís Humberto Machado, Idê Marques Machado e meus  
filhos Henrique P. Machado e Gabriel P. Machado.

Ao Professor Alcides Ribeiro Filho, Diretor Presidente da Faculdade  
Alfredo Nasser, pelo apoio nesta publicação.

## EPÍGRAFE

*De qualquer maneira case-se,  
se encontrar uma boa mulher você será feliz, se não você se tornará  
um filósofo.*

**Sócrates**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>10</b>
<b>01.A FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO .....</b>	<b>11</b>
1.1. OS ESTADOS MODERNOS E A GLOBALIZAÇÃO .....	28
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>38</b>
<b>02. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO FORMA DE CONHECIMENTO DA REALIDADE .....</b>	<b>39</b>
2.1. ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO .....	45
2.2. A ESTRUTURA DO NÚCLEO CENTRAL .....	46
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>49</b>
<b>03. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE GOVERNO ESTUDO EMPÍRICO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS .....</b>	<b>50</b>
3.1. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NA PESQUISA .....	54
3.1.1. RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE DIREITO	54
3.1.2 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....	56
3.1.3 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE ECONOMIA .....	59
3.2 ANÁLISE DOS DADOS DE HIERARQUISAÇÃO .....	61
3.2.1 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE DIREITO..	64

3.2.2 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE SERVICO SOCIAL.....	66
3.2.3 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE ECONOMIA .....	68
3.3 ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DESCRITAS PELOS SUJEITOS PESQUISADOS.....	70
3.3.1 ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DOS ESTUDANTES DE DIREITO .....	70
3.3.2 ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL .....	76
3.3.3 ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA.....	83
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>90</b>
<b>04.DISSCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>91</b>
<b>05. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>97</b>

## **APRESENTAÇÃO**

Nesta pesquisa estão reunidas as análises de três grupos de sujeitos e suas “concepções” sobre o governo, demonstradas através do estudo da representação social de governo. Os resultados que serão apresentados são referentes a uma amostra de 600 (seiscentos) sujeitos, sendo eles, estudantes universitários de uma Universidade de Goiânia. Busca-se obter com essa pesquisa, uma composição coesa demonstrada através de relatos gerais sobre o assunto proposto e ao término da mesma, com base na investigação dos resultados, encontrados e os analisar os dados apresentados a partir de preceitos teóricos utilizados pela psicologia social.

O primeiro capítulo apresenta de maneira sucinta algumas proposições históricas sobre o Estado de grande valor para o entendimento dos caminhos que serão seguidos posteriormente neste estudo. Serão apresentados no início do referencial teórico os princípios formadores do Estado: Pátria, Nação, Povo e País. Em seguida, serão apresentadas as idéias de dois pensadores considerados precursores do pensamento teórico do Estado moderno: Thomas Hobbes (1997, 1999), conservador e totalitário, acreditavam que o Estado deveria ser conduzido por um soberano absoluto e John Locke (1997), que ao contrário de Hobbes (1997), não acreditava no absolutismo hobbesiano, era um liberal que acreditava que o homem era dirigido pela razão. Sabe-se que outros grandes pensadores desenvolveram com igual ou maior excelência esse assunto acerca do Estado, porém esta pesquisa enfatizou esses dois autores devido à relevância precursora sobre Estado moderno apresentada por eles.

Serão vistos, também, alguns dos diversos modelos administrativos do Estado tais como: a Social-democracia, o Liberalismo, o Estado de bem-estar-social a

Democracia e a sua condição diante de um mundo globalizado. Ainda no primeiro capítulo, será observada a questão do Estado-providência, suas nuances e perspectivas diante do cidadão e da economia e para concluir essa parte, será apresentada a questão da globalização, bem como a exploração de algumas de suas características, com a intenção construir um referencial teórico amplo em suas teorias e obter suporte científico para aquilo que deverá se encontrar nas respostas obtidas com a coleta de dados dessa pesquisa.

No segundo capítulo, será tratada a questão da psicologia social, sua historicidade e sua extensão teórica. Será discutida a idéia durkheimiana da representação coletiva e a nova visão que Moscovici (1978) apresentou referente à representação social, podendo ser referente a alguém, a alguma coisa ou a uma idéia. Sua proposta buscava desenvolver imagens e noções sobre um determinado objeto ou assunto, reestruturava a realidade, permitia a integração entre o objeto e as experiências anteriores e integrava o sujeito a um sistema de atitudes e normas definidas a partir de uma experiência: a de uma visão funcional do sistema social ao qual ele se integra. Ainda a fim de um melhor suporte teórico, será utilizado o referencial conhecido como teoria do núcleo central proposto por Abric (2000) e Pereira de Sá (1996), onde se diz que as representações sociais revelavam a forma de pensar de uma sociedade ou de um grupo específico. Essa teoria propõe que uma representação está estruturada em torno de um conjunto de informações, de crenças e de opiniões organizadas e associadas estruturalmente em torno de um núcleo central. De acordo com a mesma, o núcleo central se apresenta como elemento fundamental da estrutura da representação, ou seja, ele caracteriza, reúne e estabiliza a representação, apontando assim, a necessidade de se conhecê-lo.

No capítulo três, serão apresentados os resultados empíricos encontrados na primeira e segunda etapa da pesquisa, onde foram aplicados seiscentos questionários de evocação. Cem questionários foram aplicados na primeira etapa do trabalho e outros cem na Segunda etapa, totalizando duzentos em cada grupo de sujeitos participantes dos cursos de direito, economia e serviço social. O objetivo de questionar esses estudantes era conhecer a representação que os mesmos apresentariam em relação à representação social de governo. Faz-se necessário justificar que todos os levantamentos, tanto na primeira etapa da pesquisa quanto na segunda etapa, foram feitos no período de novembro de 2004 a março de 2005, pois, se os mesmos fossem feitos atualmente, devido aos acontecimentos políticos ocorridos nos últimos meses (posteriormente à pesquisa) no Estado brasileiro, seria provável encontrar visões diferenciadas ou até mesmo mais inadequadas que as apresentadas nos resultados dessa pesquisa.

Na segunda etapa da pesquisa e já de posse das palavras que possivelmente deveram apontar o núcleo central e o sistema periférico da representação, foi aplicado um segundo questionário que tinha por intenção levantar quais seriam as palavras similares mais importantes relacionadas à representação social de governo. De posse desses dados, foi utilizado um *software* (similitude) específico para esse tipo de análise, com o qual se chegou a um gráfico conhecido como árvore máxima, que será apresentado oportunamente. Neste mesmo questionário, foram apresentadas em uma segunda questão duplas de palavras que foram retiradas dos resultados encontrados na primeira etapa da pesquisa e relacionadas entre si, em que foi pedido aos sujeitos que construíssem frases que constassem as duas palavras apresentadas a eles. O objetivo dessa questão é o de observar o conteúdo representacional apresentado pelos sujeitos referentes aos assuntos em questão.

E concluindo o trabalho, foram feitos os exames finais dos resultados encontrados na pesquisa. Esta última parte representará uma análise descritiva, dada pelo próprio pesquisador, fundamentada em preceitos teóricos empreendidos pela psicologia social. Faz-se necessário lembrar que, o número de sujeitos pesquisados perfaz um total de seiscentas pessoas, duzentas em cada grupo de acadêmicos, o que vem a representar uma amostragem significativa sobre a classe de sujeitos que os mesmos fazem parte, alcançando assim, o universo das leis que regem o Estado e que integra a ética, a filosofia, a ciência política, os fatores econômicos no setor público, a evolução das idéias sociais, a economia política, a sociologia, a teoria política, a gestão e os processos de trabalho.



## **CAPÍTULO – I**

### **A FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO**

## **01. A FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO**

Ao se propor um estudo sobre a Representação Social de Governo passando pela Teoria Geral do Estado, faz-se necessário apresentar as bases fundamentais da formação teórica desses objetos, tendo a intenção de se ter uma visão mais clara de sua estrutura governamental e, conseqüentemente, de sua gênese. Segundo Acquaviva (2000), poder-se-ia se dizer que a formação do Estado se dá através da violência e da guerra: entretanto, outros pensadores como Rousseau (1999), em sua obra “Contrato Social” sugere que o mesmo se dá através de um acordo de vontades com características individuais, mas de maneira cordial, no qual a convivência seria pacífica e harmônica entre os homens.

Para as ciências políticas, o Estado é formado por alguns elementos fundamentais, que são: a Pátria, a Nação, o Povo e o País. Pode-se dizer que Pátria é o elemento que une os homens junto à terra de seus antepassados e a de seus sucessores, interligados pelas mesmas aspirações e com laços de simpatia recíproca. A Nação seria o sentimento de afeto pela gente e pelas coisas daquele lugar, constituído por conceitos históricos (cultura), naturais (território) e psicológicos (consciência) constituindo assim a consciência coletiva da nação, enquanto que o Povo é o conjunto de cidadãos, o que constituirá a massa política da Nação. Para melhor compreender o País, podem-se fazer uma equivalência entre o conceito geográfico, suas paisagens, riquezas naturais, sua geografia física e o conceito político, que é mais amplo, o qual poderia ser sintetizado da seguinte forma: um Estado organizado política e administrativamente em determinada porção territorial. (Oliveira, 1999; Machado, 2002)

Ainda sobre o Estado, poderia ser definido como um conjunto de pessoas convivendo em uma determinada região e com governo próprio. Observa-se que ele é um bem público comum a todos os seus integrantes como comunidade nacional e a sua relação com o homem deve ser de reciprocidade, de direitos e obrigações. Porém, o que se deve observar posteriormente é que esta relação se dá de maneira desigual, privilegiando sempre o lado mais forte economicamente. Tais reciprocidades, por causa de sua extensão conceitual, são amplas e complexas, cabendo ao Estado, em qualquer circunstância, assegurar o respeito, a proteção e os direitos humanos, condição inalienável a todos que são inseridos nessa coletividade.

A evolução histórica do Estado se dá a partir do “Antigo Oriente”, que é o berço da civilização. Pode-se dizer que, ali, fundamentaram-se de modo rudimentar os conceitos primários de Estado no século VIII a.C. Na Grécia Antiga, nessa época, vigorava a monarquia que, posteriormente, seria substituída durante o séc. IV a.C pelo modelo republicano representado pelas Cidades-Estado, pressuposto para o atual modelo democrático no qual se insere a nossa sociedade.

...passou por três fases distintas: a Realeza, a República, e o Império... Além do Rei que exercia o poder, havia o Conselho de Anciãos ou Senado, como também uma assembléia, a *comitia curiata*, à qual competia, dentre outras funções, escolherem o monarca... Instaurada a República (529 a.C.), o poder passou a ser exercido por dois *Cônsules*, eleitos para o período de um ano (Oliveira, 1999 pp. 32-33).

Na verdade, o que se observa é que, sem sombra de dúvida, o Império Romano foi de fundamental importância para a formatação dos atuais modelos Político e de Direito nos quais estamos inseridos e com isso tem-se, até aqui, uma visão histórica daquilo que se entende por Estado e alguns de seus períodos. O período

contemporâneo será apresentado posteriormente tomando como ponto de partida as teorias políticas apresentadas por dois pensadores que divergem em suas concepções a respeito da política e do Estado moderno. Apesar dessa divergência, suas opiniões contribuirão para o desenvolvimento desta pesquisa, são eles: Thomas Hobbes (1997; 1998) e John Locke (1997).

Thomas Hobbes (1997), nascido na Inglaterra em 1588, é considerado o pai do conceito moderno de Estado e criador da idéia de representação política. Consta em sua biografia que sua mãe deu à luz a gêmeos, a ele e ao medo (Tuck, 2001 p.14), isso porque ela teria entrado em trabalho de parto quando ouviu rumores de que a Armada Espanhola estava chegando. Suas principais idéias foram desenvolvidas dentro de uma atmosfera conflituosa que buscava legitimar o poder entre as diversas dinastias da época. Por esse motivo desenvolveu-se nele a obsessão em buscar e oferecer respostas filosóficas, políticas e históricas face ao horror da guerra e diante do desequilíbrio social apresentado por essa condição. Ele buscava estruturar o Estado, a partir de teorias que são fundamentadas na moral e na ética, na intenção de que houvesse uma mudança física na perspectiva política, com o objetivo de atingir o bem absoluto (Tönnies, 1988; Limonge, 2002).

Hobbes (1997) apresentou, em 1651, suas principais idéias a respeito do Estado. Defendia a monarquia e o poder absoluto na intenção de proteger o homem; suas reflexões eram desenvolvidas a partir do estudo sistêmico da natureza humana. Foi um teórico do direito e da moral política; observador apontou com muita perícia a tensão apresentada entre a natureza humana e o seu meio social, que serviu de base para sustentar a justificação do contrato que assegura ao indivíduo a segurança e as condições políticas para a estruturação do corpo civil estatal, apresentado através de uma organização de representação social que rege as relações entre os homens.

Segundo Angouvent (1996), para Hobbes, “o destino do homem resume-se a uma dupla condição: a de fugitivo diante do pânico experimentado e a de prisioneiro do medo construído” (Hobbes, 1998 p.18).

O ideal hobbesiano parte da concepção física, psicológica, histórica e social do homem. Para justificar de maneira satisfatória suas idéias sobre o Estado e a constituição da natureza humana, a sua teoria é fundamentada em pressupostos como medo, paixões, desejos (poder, honra e glória) e razão; segundo Hobbes (1997), a natureza humana é agressiva, egoísta e privilegia o individualismo. Sua teoria política era voltada ao ser: com isso, ele propunha como solução ao conflito entre os homens e seus instintos naturais, um pacto social em favor de um soberano absoluto, pois, a traumática experiência da guerra a qual ele vivenciou fez dele um defensor extremista em favor da vida. O pacto social foi a alternativa que Hobbes (1997) apontou para a formulação de um Estado absoluto e seguro ao homem. Ele dizia: a natureza humana é agressiva e a morte é, sem sombra de dúvidas, o maior dos males. Hobbes (1997) segue o caminho do entendimento humano como base na formação do Estado, sendo esta a melhor maneira que ele encontrou para a manutenção da paz, através da lei e da ordem. Caso contrário, o que deveria imperar seria a desordem, a guerra, o medo constante e o perigo da morte, que é fruto da condição natural do homem. Para Hobbes (1997), a autoproteção direciona positivamente o homem à formação institucional do Estado (Souza, 1998; Heck, 2003).

O teórico inglês procura analisar minuciosamente a política, buscando transformá-la em uma ciência exata, acautelando-se para não se comprometer e nem mesmo cometer erros no fato de elaborar conceitos prontos e acabados. Seus conceitos teóricos antevêm da compreensão da sociedade civil, concentrando-se na natureza humana e em sua condição natural. Esse pensador tinha como ideal criar

uma sociedade estruturalmente melhor organizada, partindo de idéias e condições exatas para o bem viver, sem desprezar o homem e sua natureza, colocando-a como eixo de seu ideal político e social. Ele buscou incondicionalmente a preservação do homem transferindo-o de seu estado de natureza, em que “o homem é lobo do homem” (Hobbes, 1997 p. 13), e o reconduzindo a uma condição de convívio social através do pacto entre os homens e um soberano. Para ele, o ser humano, apesar de ser social, mantém em seu íntimo sua característica de dominação diante do outro, condição apresentada por suas paixões em seu estado de natureza, e é aqui que se apresenta a necessidade de consolidar o controle do Estado frente a seus instintos naturais. Ele busca determinar o quadro incerto que o homem vive em seu “estado de natureza” (Hobbes, 1997 p.13) (com medo), porém estável e confortável junto a uma sociedade estruturada. Esta é a justificativa para a criação do Estado, que acontece no exato instante em que o mesmo assume o controle institucional da paz entre os homens e que, conseqüentemente, os conduz a uma harmonia constante em seu convívio mútuo (Angoulvent 1996; Souza 1998; Heck, 2003).

Os constantes conflitos e, por conseqüência, a instabilidade comportamental dos homens, mesmo em seu estado de convivência mútua, implica uma constante necessidade de monitorar este comportamento que ocorre com o intuito de conter os instintos agressivos dos mesmos, pois, acredita-se que tal instabilidade de comportamento faz parte de sua constituição natural. Hobbes (1997) acreditava que todo homem podia, em seu favor, renunciar aos seus direitos diante do pacto firmado entre o soberano e os homens, o qual lhes garantiria a segurança e a paz desejada, em seu ideário político, o poder mistura-se à submissão.

*Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito,*

*autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado... Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum* (Hobbes, 1997 p.144). \*

Hobbes (1997), que era simpatizante convicto da monarquia, acreditava que somente o soberano era o único administrador com real capacidade para prover a segurança do Estado e a paz social: que somente o monarca, o qual foi educado e instruído durante toda a sua vida para assumir essa condição, era dotado das condições necessárias para ordenar com excelência a sociedade. O pacto estabelecido pelo homem, ou por uma assembléia deles, dava poderes absolutos ao soberano diante de todos, restando à sociedade apenas a subserviência diante do mesmo, visando à paz e à segurança absoluta.

Contrário a algumas das idéias defendidas por Thomas Hobbes (1997; 1998), John Locke (1997), nascido em 29 de agosto de 1621, na Inglaterra, filho de comerciantes burgueses, médico, filósofo e político, sustentava, em sua teoria, que o Estado de sociedade e o poder político são consequência de um pacto entre os homens e que, antes disso, eles viviam em um estado natural. Ele descreve sua teoria sobre o Estado a partir de investigações e fundamentos associativos entre a política e o governo civil, demarcando e introduzindo a idéia de antiabsolutismo. Como Hobbes (1997), Locke (1997) parte da concepção de estado natural, no entanto, ele apresenta um conceito diferente do apresentado por Hobbes (1997) no que diz respeito à distinção entre o poder legislativo e o executivo: para ele, o estado de

---

\* Grifos do autor

natureza é regulado pela razão, pois “é a existência dos direitos naturais do indivíduo que o protege contra os abusos de poder” (Cunha, 1999 p. 130).

A filosofia de Locke é assim, baseada na famosa proposição de que a mente humana é naturalmente ‘papel em branco, destituída de quaisquer caracteres, sem quaisquer idéias e que toda a razão e conhecimento provêm da experiência’. Esta asserção nos faz lembrar a observação de Hobbes de que ‘as mentes dos homens do povo (...) são como papel em branco, prontos a receber o que quer que seja que a autoridade pública nelas queira imprimir’(Costa, 1999, p.219).

Para Locke (1997, p. 15), os homens em seu estado natural nascem livres na medida em que nascem racionais, conseqüentemente são iguais, independentes e “governados pela razão”:

O estado natural seria a condição na qual o poder executivo da lei da natureza permanece exclusivamente nas mãos dos indivíduos, sem se tornar comunal. Todos os homens participariam dessa sociedade singular que é a humanidade, ligando-se pelo liame comum da razão. No estado natural todos os homens teriam o destino de preservar a paz e a humanidade e evitar ferir os direitos dos outros (Locke, 1997 p. 15).

Ele considerava direito natural, o direito à propriedade, tratado em sua obra *Dois Tratados sobre o Governo Civil*, onde ele dizia que: “... a propriedade seria natural e anterior à sociedade civil, mas não inato sua origem residia na relação concreta entre o homem e as coisas, através do processo de trabalho... *Todo homem possui uma propriedade em sua própria pessoa, de tal forma que a fadiga de seu*



*corpo e o trabalho de suas mãos são seus*” (Locke, 1997 p. 15) \*. Para ele, o trabalho é a origem fundamental da propriedade, pois, somente desta maneira é que se transporia o estado natural das coisas tornando-as propriedade.

Vivendo em liberdade e igual em direitos no estado natural, o homem encontraria certos inconvenientes, principalmente no momento: “Seria a possível inclinação no sentido de beneficiar-se a si próprio ou a seus amigos. Como consequência, o gozo da propriedade e a conservação da liberdade e da igualdade ficariam seriamente ameaçados” (Locke, 1997 p. 15). Com a intenção de contornar e, por consequência, controlar através de um acordo essas ameaças, é que o homem abdica de sua condição natural em favor da sociedade política. Locke (1997) via o pacto entre os homens como um acordo entre indivíduos, unidos coletivamente na manutenção da lei natural, onde havia um estado de perfeita liberdade, igualdade e direitos, sem que houvesse nenhum atentado aos direitos alheios.

Para Locke (1997), a condição social garante direitos do estado natural, dentre os quais, o direito à propriedade privada, pois, foi com o intuito de melhorar sua vida que o homem preferiu viver em um estado de sociedade civil, uma vez que a submissão a um governo se dá com a principal finalidade de garantir o direito à propriedade. É partindo desses pressupostos que o Estado floresce através do contrato, com características liberais podendo ser construído ou desfeito como qualquer outro contrato (Mabbot, 1968; Costa, 1999).

Segundo Locke (1997), o trabalho é a essência do homem, pois, o afasta da miséria, dando-lhe segurança e proteção. Apesar de não ter como sua principal virtude a inclinação natural ao trabalho, esta condição liberal de livre escolha propicia o surgimento da desigualdade decorrente das diversidades de interesses

---

\* Grifos do autor

existentes entre os homens. É a partir daí que o capital passa a ordenar a sociedade diante de um contexto liberal onde o trabalho permanente é fundamental para o desenvolvimento do capital na sociedade (Cunha, 1999).

Locke (1997) pode ser considerado o mais proeminente autor a ordenar de maneira sistêmica os fundamentos do estado liberal em sua obra “O segundo tratado sobre o governo civil (1997)”, suas preocupações democráticas perpassavam pelo limite da liberdade contratual ordenada pelo poder do Estado, o que limitava a liberdade suprema dos indivíduos em seu Estado de natureza, onde cada um era juiz em causa própria. “O homem não constitui o Estado civil somente para conservar a vida, mas concomitantemente para preservar um outro direito natural fundamental. Ao dizer que a vida e a propriedade são direitos naturais”, Locke afirma que ambas não derivam da constituição do Estado civil (Duarte 1997 p.16).

As teorias liberais apregoadas por John Locke (1997) tomaram forma na Inglaterra e tiveram como principal objetivo sustentar os princípios da liberdade individual. As lutas por este espírito libertário do século XVIII foram intensas contra as ideologias absolutistas já estabelecidas naquele período. Entretanto, o destaque dos direitos fundamentais do homem prevaleceu, e os colocou em igual valor de direitos diante da vida e de sua liberdade na busca contínua pela felicidade. Esses direitos se constituíram em face de muitos conflitos, mas, se estabeleceram e foram assegurados por governantes, através de um entendimento coletivo. E ainda hoje, os homens passam a se orientar por leis, existindo, assim, uma igualdade jurídica sem que houvesse uma distinção de classe, raça, cor ou crença. A igualdade de oportunidades e o acúmulo de conquistas e riquezas passam a ser acessíveis a todos (Cunha, 1999).

Uma das mais importantes revoluções que a história política do mundo registrou, foi a revolução industrial ocorrida por volta de 1770, que converteu os cidadãos comuns em operários de fábricas. Com a industrialização e o surgimento das máquinas, gerou-se um déficit entre produção e trabalho, um novo quadro social em que se produziu um grande número de desempregados. As fábricas passaram a produzir mais com menos pessoal, o trabalho humano passou a ser negociado como mercadoria e as pessoas se viram obrigadas a se sujeitar à lei da oferta e da procura, forçadas a aceitar salários ínfimos que vinham garantir apenas o mínimo à sua subsistência. Imensas fortunas foram geradas a partir desse quadro social, o poder econômico e a ostentação passaram a gerar um conflito entre patrões e assalariados. As grandes incorporações abusaram economicamente dessa massa operária, acentuando o desequilíbrio social, contrariando a idéia hobbesiana de proteção do homem pelo soberano, enquanto o Estado liberal, que lembra a idéia proposta por Locke (1997), limitava-se apenas a conter a ordem pública. A jurisprudência formal garantiu a igualdade a todos no liberalismo; entretanto, sua abstração acabou por manter a desigualdade entre os homens; a neutralidade do Estado liberal diante do mercado capitalista e dos problemas sociais oriundos dessa condição econômica, que acabou por conduzi-lo à decadência (Maluf, 1995; Vicent, 1992).

A reestruturação do liberalismo na atual modernidade seguiu os mesmos moldes do séc. XVIII, quando o poder do Estado garantia a liberdade dos indivíduos e sua principal função era a de estabelecer a ordem e aplicar a lei, atuando de maneira mínima nas relações de produção e consumo como querem hoje os neoliberais que admitem a intercessão do Estado com o intuito de igualar os interesses sociais com os privados diante da estrutura econômica-política. Este

projeto de atuação restrita do Estado, ordenada pelo mercado neoliberal, é suficiente para definir o raio de ação de nosso liberalismo moderno (Anderson, 1994).

O fato é que mesmo hoje em sua nova forma, o liberalismo provocou e provoca, profundas desigualdades sociais diferentes do que Hobbes (1997) e Locke (1997) propuseram para o Estado e com as mudanças ocorridas a partir de uma exclusão social justificada por políticas que provocam a dependência do cidadão diante do Estado, o que nos remete a conceitos apresentados por Hobbes (1997) onde um soberano coordena a sociedade como um todo. Pois, diferentemente da grande massa popular, a economia privada e seus possuidores nunca são abandonados à própria sorte diante dos altos e baixos do mercado financeiro, o que revela uma desigualdade imposta de maneira velada, acentuando, assim, as desigualdades e as diferenças sociais. O liberalismo provocou o progresso da humanidade e com esse progresso veio também muita injustiça e exclusão. Os ideais neoliberais de hoje não apresentam, de fato, alternativas que agradem a sociedade e suas diferentes classes sociais, proporcionando ao cidadão uma inclusão social de maneira estruturada e clara, inclusive jurídica, necessitando, desse modo, de um novo formato estatal em que o mercantilismo não seja a expressão social mais importante e sim as necessidades dos cidadãos comuns (Duarte, 1997).

Desde suas primeiras manifestações, o liberalismo passou por inúmeras transformações em suas variáveis. Sua maior conquista foi a liberdade individual e o direito à propriedade, o que acabou por limitar o poder do Estado diante da sociedade. Através da liberdade é que se sustenta toda a existência humana e a liberdade econômica provoca fissuras em um dos pilares do liberalismo, a propriedade, pois, destruir essa condição significa privar o homem de sua liberdade. A institucionalização do Estado democrático moderno, em sua feição liberal,

expande seus reflexos ao longo dos anos. O liberalismo econômico e a democracia social garantem a liberdade e a naturalidade do mercado, as quais são reguladas pelas oportunidades e seus postulados econômicos estão direcionados à produção de mais valia e o acúmulo de bens de consumo ou não. O mercado financeiro obriga o homem a assumir riscos sob diversas formas diante do apelo sedutor do consumo. Hoje, o que se vê é uma população inserida em um capitalismo liberal que se funde a uma social-democracia gestora de um conjunto de idéias relacionadas ao estado de bem-estar da população, que busca criar mecanismos de controle no intuito de conter os excessos do livre mercado. Nesse caso, o Estado de bem-estar-social ou a social-democracia tem a intenção de proteger o bem comum; o que acontece é que grupos econômicos dominantes estabelecem regras rígidas instituídas através do capital, que neutralizam a interferência e a manutenção do bem-estar-social (Duarte, 1997; Cunha, 1999; Anderson, 1994).

Diante desse quadro, o planejamento público e a administração econômica tomam outro caminho, diferente do desejado em sua fundamentação, como sendo um Estado eficiente economicamente, com justiça social e com liberdade individual. As distorções geradas pelo capitalismo e a social-democracia conduzem a massa populacional a uma indiferença diante do sofrimento imposto aos trabalhadores uma vez que as relações mercantis de consumo são impostas através da condição social ordenada por baixos salários. Essa nova ordem social lança mão do Estado de bem-estar na sociedade e sua principal consequência é a baixa qualidade de vida oferecida à população. Em suma, o Estado acaba por não conseguir manter os benefícios que ele proporciona face à instabilidade social vigente. O que se pode observar, é que este sistema assistencial ruiu diante de uma economia instável e multifacial em favor de sua necessidade básica, que é o lucro acima de tudo (Bastos, 1995).

Com base em uma concepção individualista, eventualmente os homens são impulsionados por suas paixões pessoais, e por isso eles julgam em favor de si mesmos. No entanto, esse modelo econômico se fundamenta em um mecanismo equalizador de livre mercado, voltado exclusivamente ao acúmulo de bens de capital, o que provoca distorções profundas na sociedade. (Cunha, 1999 p.219).

Partindo de uma visão atual de contemporaneidade, duas concepções de modelos de Estados se sobressaem: o Estado totalitário que desrespeita e destrói a dignidade humana escravizando a coletividade e o Estado Liberal, que se busca apresentar nesse estudo pontos que reflitam a condição social em vigor.

O Estado Liberal, por sua vez, é precisamente, o contrário do Estado Totalitário. Neste, a soberania reside na pessoa do monarca (absolutismo), numa raça endeusada (*nazismo*), ou numa classe rigidamente uniformizada (*fascismo e comunismo*), ao passo que, no Estado Liberal, a Soberania pertence à Nação e é exercida pelo povo, por intermédio de seus representantes (Oliveira, 1999 p. 36).

O Estado contemporâneo ocidental se constitui fundamentalmente pela liberdade de fazer e dizer aquilo que não se oponha as leis, delimitando as áreas de atuação, tanto dele quanto do indivíduo, proporcionando um equilíbrio de direitos e obrigações diante das leis. Essas garantias sociais e de direitos constituem fundamentalmente a essência da democracia moderna, que busca incansavelmente o respeito à liberdade e à dignidade humana.

Historicamente sabe-se que as primeiras manifestações concretas sobre democracia tiveram seus fundamentos nas antigas repúblicas gregas e romanas; no entanto, tornaram-se no mundo de hoje um sistema representativo de governo, modificado pela tecnologia de comunicação, que superou a barreira da distância e

que coloca em pleno funcionamento o mecanismo das representações popularizando a informação em uma situação atual que se poderia dizer como sendo a de um Estado que representa o mundo (Maluf, 1995; Bobbio, 1988).

É bom que se ressalte que as diferentes formas de governo foram discutidas ao longo do tempo por grandes pensadores como Aristóteles. Ele dividia as formas de governo de três maneiras: monarquia, aristocracia e democracia. Porém, a forma de governo que interessa neste momento, devido à atual condição, é a democracia que, como se sabe, não é uma forma absolutista de governo onde a força bruta é que impera, entretanto, representa a maioria dos Estados do mundo contemporâneo. Neste sentido, se apresenta como um sistema governamental marcado pela temporaneidade de ordem constitucional, baseada na garantia dos direitos do homem. É bom que se diga que a democracia serve ao Estado e este serve à sociedade civil que a organizou e a implementou e sem a qual o mesmo deixa de existir.

Ainda sobre a democracia, vale lembrar que ela não é estática, que tem uma característica mutante diante da condição vigente, tanto econômica quanto política de sociedade, sua dinâmica monta e remonta a necessidade social. Apesar da desigualdade observada no Estado, em conjunto com as atuais constituições federativas trazem em seu conteúdo a igualdade de direitos diante das leis, como podemos observar na “Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU)” de 06 de dezembro de 1948 e na Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988, no preâmbulo 9 e no capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º.

O princípio da igualdade assim entendido, sem embargo da expressão *perante a lei*, é cogente para os três poderes; sua observância é condição de validade da lei feita ou a fazer-se, bem assim, dos atos administrativos e judiciários. Sua amplitude se estende às entidades autárquicas ou prestatais,

e também às empresas, associações e estabelecimentos particulares, na ordem civil (Maluf, 1995, p. 283).

A igualdade de direitos e a liberdade para conquistas são fatores fundamentais para a democracia diante das leis e o Estado deve proteger e garantir esses direitos, tanto na esfera civil quanto na política (público e privado). É bom que se observe que a idéia de liberdade (que segue os princípios da lei), não pode se confundir com a idéia de anarquia (que foge dos princípios legais), que esta é incompatível com a sociedade. Já a liberdade de pensamento é absoluta, pois ninguém a controla, sua amplitude é ilimitada.

Diferentemente do Estado absolutista, na democracia pode-se regular a sociedade através da economia e do convencimento, nunca por imposições autoritárias. No modo contemporâneo de viver, como foram apresentados anteriormente, os direitos naturais é garantido pelo Estado, entretanto, toda liberdade é relativa, dependendo da necessidade coletiva da sociedade da qual o homem é parte integrante, pelo menos diante das leis. A idéia de liberdade absoluta é ilimitada por parte do homem, mas não é aceita em favor do conjunto social coordenado pelo Estado e legitimado através do desejo da maioria. Os direitos e a liberdade do cidadão passam a ser limitados por deveres junto à comunidade, no entanto, o atual modelo político estatal impõe a esta mesma sociedade condições econômicas extremamente diferentes entre seus cidadãos, pois estes, mesmo de posse de uma liberdade nunca antes possuída em todo o globo, não possuem o direito de escolha. O controle financeiro de uma minoria impõe à maioria da população uma aceitação de subserviência diante do poderio econômico - o controle do homem pelo homem - mesmo com sua liberdade, seus direitos e suas leis reguladoras (Amoretti, & Guareschi, 2003).



... Todas as vezes que o Estado, pelas suas leis, impõe ao exercício da liberdade, age em defesa da própria liberdade e conforme as leis gerais da liberdade: a lei que me impede de prejudicar os interesses de outrem é a mesma lei que garante os meus direitos e as minhas prerrogativas contra todos os demais membros da sociedade (Maluf, 1995 pp. 291-292).

Um dos principais dilemas do Estado e, conseqüentemente, do governo junto à sociedade é delimitar coerentemente o ponto de equilíbrio entre liberdade e autoridade garantindo o direito a vida como diz Hobbes (1997) (a morte é o maior dos males), pois, sem autoridade, provavelmente a anarquia social será instaurada e a sobrevivência do homem estaria comprometida. Nesse momento cabe à autoridade instalada legitimar as manifestações populares características da personalidade humana, sem que esta ação venha se opor ou ferir o poder público, garantindo assim a liberdade de expressão e mantendo a ordem face ao interesse social. Eis aqui uma demonstração harmônica entre o ideal democrático e a plenitude cultural almejada pela sociedade civil, sabendo-se que, o maior dilema do Estado é, sem sombra de dúvidas, a equalização entre liberdade e autoridade. A superposição da liberdade junto à autoridade poderá conduzir ao descontrole estatal levando à anarquia social e isso faz parte do jogo do poder político. A plenitude da democracia está longe de ser alcançada devido ao jogo do poder instaurado na política, todavia, ela está em constante desenvolvimento e isto pode ser medido a partir da formação cultural e intelectual de seu povo.

Ao longo do tempo o Estado passa de uma situação de indiferença e neutralidade social para uma condição de atuação intervencionista, com a intenção de estabelecer a ordem entre capital e trabalho e na aplicabilidade institucional das leis, impondo as restrições necessárias para a ordenação da sociedade, de maneira

bastante ampla diante do interesse comum. O Estado social-democrático moderno tem a função de equilibrar e coordenar as atividades sociais de maneira justa e imparcial. Como foi visto, o modelo estatal contemporâneo tem como principais características a flexibilidade e a dinâmica diante dos acontecimentos da contemporaneidade social, fato que não é observado pelo senso comum (Oliveira, 1999).

No início do séc. XXI, os sentidos, o objeto de reflexão e as mudanças que estão sendo incorporadas pelas ciências humanas, de um modo geral, estão cada vez mais abrangentes, incluindo o local, a região, a nação como um todo (globalização ou mundialização). As transformações do Estado desafiam a conceitualização ideológica “em qualquer parte do mundo em que a vantagem de mercado impere” (Thompson, 1998 p.13) e a interpretação dessa nova realidade social, baseada não na simples reorganização, mas em uma auto-análise de seus fundamentos, de sua própria reflexão política diante do social. A singularidade contemporânea desse início de século aponta rupturas, descontinuidades e imprevistos no meio social, como: a modernidade, a pós-modernidade, a globalização e a disputa pelo poder, o que levam alguns a interpretar ou criar metáforas em torno de temas como: aldeia global, internacionalização do capital, ecossistemas, mundo virtual (Ianni, 2002; Therborn, 2002).

São múltiplas e notáveis as transformações do mundo contemporâneo, como a forma de viver, trabalhar e pensar “do ponto de vista geopolítico o mundo apresenta o aspecto de um grande caos” (p.20). Simultaneamente, as transformações em curso configuram realidades sociais e mentais mais ou menos evidentes, como a mundialização do capitalismo, compreendendo uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, criando novos blocos geoeconômicos e geopolíticos, onde se

localizam poderosos, dominantes, formas complexas e bem estruturadas de comunicação baseadas na eletrônica; na mídia impressa, a indústria da cultura de massa de âmbito mundial, que chega aos quatro cantos, imposta pelo imperialismo capitalista, liderado pelo Estado americano. Mas como se pode ver a sociedade não é única e idêntica, ela desdobra-se em grupos, classes e movimentos sociais distintos, bem como os processos de estruturação e dominação, envolvendo ideologias e utopias, de nível local, nacional, regional e mundial (Ramonet, 1998).

### 1.1 OS ESTADOS MODERNOS E A GLOBALIZAÇÃO

O Estado vêm se deparando com um novo quadro estrutural: a globalização, que traz consigo uma nova visão de tecnologia e de mercado mundial. A soberania das nações se fragiliza diante dos direitos econômicos e a justiça social se desfigura diante dessa nova condição de “um novo poder” (Thompson, 1998 p.26). Essa “nova ordem mundial” globalizada (p.13) relaciona seu objeto a novas relações econômicas, processos e estruturas ainda desconhecidas, como também surpreendentes. O sistema produtivo obedece a valores puramente econômicos e a dominação segue o caminho contrário da soberania em que “a luta pelos direitos sociais torna desnecessária a luta pelos direitos individuais” (p.47). Raramente serão vistos no discurso da globalidade pontos que garantam interesses universais (Casanova, 2002; Chaves, 2003).

Simultaneamente, as novas relações, os novos processos e as novas estruturas de dominação e apropriação, envolvendo integração e fragmentação, tensões e antagonismos, recriam as relações, processos e estruturas conhecidas. Isto significa que o Globalismo confere novos

significados às realidades locais, nacionais e regionais, ao norte e ao sul, orientais e ocidentais... Em forma breve, estes são os emblemas que polarizam grande parte das produções e controvérsias na realidade social: sociedade nacional, industrial e sociedade global (Ianni, 2002 p. 16).

A idéia de Nação, Estado-nação, Sociedade Civil e Estado envolvem problemas correlatos muito freqüentes na reflexão sobre a sociedade: movimentos de massas, partidos políticos, a elite, a pobreza. Durante anos no meio comum social se divulgou a idéia de que a globalização iria resolver os problemas do totalitarismo opressor imposto pelo poder econômico. Verificou-se que não ocorreu esse fenômeno. O que se vê são várias formulações que a sociologia sustenta no âmbito da sociedade global, as redes de corporações, os meios de transporte, comunicação e eletrônica adquirem relevância, modificando as sensações de tempo e espaço:

Desterritoriando e miniaturizando coisas, gentes e idéias. É claro que a sociologia não se esgota nas produções e controvérsias relativas à sociedade nacional, ao individualismo e à sociedade global. Ela tem sido polarizada por outros emblemas, também notável: colonização e descolonização, tradição e modernização, reforma e revolução, racionalização e alienação, entre outros (Ianni, 2002 p.19).

Pode-se dizer que o globalismo ou mundialização, pode ser tomado como novo objeto das ciências humanas e políticas, pois suas implicações empíricas, metodológicas e teóricas são complexas e necessitam, por isso, de novas configurações no que diz respeito à visão atual do contexto globalizado. Com isso, a mundialização, os processos e estruturas, reafirmam a importância do Estado-nação, principalmente os mais fortes que são, conseqüentemente, dominantes culturais e financeiros. Apesar das interpretações ideológicas contrárias a esse sentido, que

conferem independência aos países do terceiro mundo onde existe uma política, uma cultura própria e autônoma, há também uma corrente que acredita na internacionalização do capital, na globalização e na racionalização do mundo, reconhecendo que os Estados nacionais, mais fortes ou dominantes, exercem papéis decisivos na política e na cultura de países subdesenvolvidos (Gómez, 2002).

O empobrecimento da população e o enfraquecimento dos trabalhadores e empregados, junto com a necessidade de dominar o antigo movimento operário e de eliminar as conquistas sociais e os direitos trabalhistas ou rurais obtidos pelos trabalhadores e camponeses em várias décadas, provocaram a ampliação das políticas repressivas. Entretanto, tais políticas não foram aplicadas de forma igual em todos os países nem deixaram de fora todas as políticas de controle social, entre elas as de consenso e conciliação (Casanova, 2002 p. 58).

Termina aqui a noção de pequeno e grande, concebida previamente pela cultura, afinal de contas, os problemas compreendidos pelas noções de desencantamento diante do mundo não só toma conta do indivíduo como o conduz a uma inteligência criativa diante da sociedade, vista por um prisma local, regional, nacional ou mundial. O que se deve observar é que o que se faz hoje é uma política da globalização e uma sociologia da modernidade do mundo:

Contudo, tanto interação como sistema, a globalização deveria estar liberta de qualquer reducionismo econômico, tendo em perfeita conta a multidimensionalidade dos fenômenos sociais. Neste contexto julgamos ser melhor fazer isso em conjunção com uma discussão da (des) igualdade... Em termos mais concretos, a (des) igualdade global é a soma de (des) igualdades no seio dos Estados e aquela entre os Estados, na medida em que

esta última não tem se tornado obliterada pelos processos sistêmicos (Therborn, 2002 p. 65 - 66).

O impasse financeiro no qual o mundo está inserido vem provocando um distanciamento entre o aumento da eficácia econômica e a indiferença social, que se apresenta nos moldes do Estado-providência, em que há uma forma de organização e proteção social, promovendo conforto e segurança aos cidadãos, disponibilizando recursos e condições necessárias para o desenvolvimento dos direitos em um sistema que proteja a sociedade. O que se observa é que esses dois elementos se confundem com a realidade social, da qual estão se distanciando cada vez mais em relação ao que se arrecada e o que o Estado gasta no espaço social; a razão deste distanciamento entre o crescimento econômico e o crescimento social se dá em virtude da estagnação econômica por que estamos passando, impostas pelo mercado e principalmente pelo Banco Mundial em relação a dívida externa brasileira. O principal objetivo do Estado equalizador seria corrigir os possíveis desequilíbrios sociais existentes entre o capital e o social, no entanto, este sistema de proteção vem se deteriorando na medida em que o governo diminui seus interesses em relação à questão social, limitando-se ao apoio mínimo a estas causas. Este contexto se dá devido às contradições existentes no mercado capitalista moderno que destitui o Estado e o governo das atribuições clássicas de proteção social (Rosanvallon, 1997).

A modernidade apresenta ao Estado um modelo específico de atuação mínima, no qual a segurança e a estabilidade são o principal sentido e, sem sombra de dúvidas, a sua principal atribuição. No mundo globalizado, extingue-se a função assistencial totalitária e protetora, e se destaca a função providencial mínima de manutenção, resultando em uma sociedade de mercado. Como se pode ver, o Estado moderno tem suas raízes no Estado-protetor que, por sua vez, se transforma no

Estado-providência que nada mais é que uma nova formatação mais concisa, mais dinâmica e profunda do antigo modelo de Estado. A transposição de um modelo ao outro se dá no momento em que deixa de pensar a sociedade como um corpo e passa a “concebê-la sob o modo de mercado”; em suma, o Estado-providência visa substituir a “incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal” (Rosanvallon, 1997 p. 23 - 32).

Mais uma vez, observam as múltiplas condicionantes a que o homem social se submete através das transformações utilizadas para se adequar a uma nova realidade social. O Estado e sua imensa gama de condicionantes impõem ao homem um desenvolvimento preciso de comportamentos e sentimentos adaptados sistematicamente, de acordo com as necessidades grupais e do meio. Em um mundo ordenado pelo capital e globalizado diante da informação, sugerindo uma nova condição partindo de definições e interpretações não consensuais, mas ao mesmo tempo muito difundidas no meio social, a pós-modernidade se mostra como objeto de reflexão. Pesquisadores assumem o risco de se exporem diante desta questão que para alguns nada mais é que uma moda passageira e sem importância. O pós-modernismo acaba sendo um componente do estágio atual da história relacionada, dentre outras áreas sociais, com o mercado (Laraia, 2002, Jameson, 2002).

No que se refere às influências nas inúmeras transformações capitalistas de um mundo globalizado, em conjunto com a organização social, pode-se observar que elas foram propagadas de modo determinante, na intenção de se entender a informação como sendo um elemento importante para a competitividade social. As organizações criaram estratégias de competição direcionadas à aprendizagem e com intuito de se adaptarem continuamente a um cenário que está em constantes transformações e, a

partir da situação de bem-estar-social, o Estado desenvolveu a habilidade de obter, interpretar e disponibilizar a informação no que diz respeito à organização do governo perante a sociedade.

A rigidez do Estado face ao bem-estar-social o qual provê a sociedade de serviços básicos tais como: saúde, moradia e educação, associada à sua administração interna conjuntamente com a economia, observando o controle das relações de trabalho com objetivo conter uma possível desordem do sistema ao qual o governo esta inserido, assume novos papéis diante dessa situação. Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado de bem-estar-social foi um claro exemplo de revolução, preconizado a partir de uma condição observada entre dominantes que se viam ameaçados por seus subalternos, com o objetivo de conter a progressão das forças desses mesmos sujeitos e a partir de 1990, os governos brasileiros adotaram abertamente uma política neoliberal, na qual não há espaço para a incorporação das necessidades das classes trabalhadoras. O principal objetivo do neoliberalismo no Brasil é a alteração da Constituição de 1988, eliminando os direitos sociais conquistados em um momento em que a relação de forças está mais favorável às classes sociais que vivem de seu trabalho (Freire, 2005).

O corte neoliberal imposto ao Estado de bem-estar-social se identifica como sendo estratégias de redução do gasto público, provocado pela chamada crise fiscal do Estado Moderno. Esta proposição está associada à privatização dos setores sociais, que também pode se efetivar através da transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade... Na provisão de bens e serviços sociais universais e de privatizar as políticas sociais (Azevedo, 2005).



A desigualdade econômica e consequentemente social, que sempre caracterizou e ainda caracteriza a história, é um dos exemplos mais emblemáticos desta condição, além disso, as classes trabalhadoras se encontram profundamente fragilizadas, elas não estão sendo capazes de se organizarem em uma luta unitária na defesa de seus direitos sociais (Teixeira, 2003).

O controle social surge após a ampliação da esfera pública no Estado Social, e este é um direito do cidadão, o qual dá forma à base piramidal que dá sustentação aos direitos garantidos pela democracia. Sendo assim, o controle social é uma obrigação do Estado e um direito do indivíduo, incluindo-se, as liberdades positivas, e o exercício da cidadania. Isso, por si só, não garante que esse instrumento utilizado pela democracia seja efetivamente apropriado à sociedade. Deste modo, se faz necessário que o Estado adote concretamente uma postura visando proporcionar a seus cidadãos o acesso fácil a esses instrumentos democráticos (Azevedo, 2005).

O neoliberalismo impõe ao Estado um corte sistemático na condição de bem-estar-social que é proporcionado à sociedade, valendo-se de estratégias reducionistas de gastos públicos, impostas devido à crise fiscal a qual o Estado Moderno vem atravessando, condição que se associa à privação de alguns setores da sociedade, que se concretizam por intermédio da transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade (Batista, 1994).

Característico de uma cultura, o pós-modernismo se apresenta como produto ou mercadoria, adquirido em série e com prazo de validade cada vez mais curto; o ritmo de produção atribui uma nova função estrutural, tanto do objeto quanto do homem. As necessidades econômicas são institucionalizadas em função de uma nova condição globalizada, expressão interna e super estrutural de uma nova era de

dominação militar e econômica dos EUA sobre o resto do mundo. Ocorre então uma superficialidade nas coisas, falta profundidade nas questões sociais, há um enfraquecimento em sua historicidade e a reflexão política diante do novo espaço mundial do capitalismo se dá de maneira desconcertante. Se antes, as idéias hegemônicas formavam a ideologia social burguesa, os países capitalistas avançados são, em nossos dias, o reino da heterogeneidade estilística e discursiva sem norma (Jameson, 2002).

Tem-se a impressão de que o sujeito perdeu sua capacidade de estabelecer uma relação entre seu passado e seu futuro; a experiência fica difícil de ser percebida, como também a sua produção cultural. O desenvolvimento tecnológico e de capital, traz reflexos fragmentados à condição cultural desta nova sociedade; as mentes humanas se defrontam com a incapacidade de armazenar tantas informações referentes a comunicação global. A cidade corre o risco de se tornar uns espaços de alienação com indivíduos incapazes de refletir sobre a condição humana a que estão submetidos. O espaço pós-moderno torna-se uma ideologia cultural ou uma fantasia, porém é uma realidade histórica, social, política e econômica. O modelo político do pós-modernismo terá como características básicas a invenção de si próprio e a projeção da nova condição global em sua escala social e espacial (Featherstone 1995, Jameson, 2002).

É preciso compreender que essa condição de pós-modernidade é fruto da produção empresarial diante de seus intermediários culturais que criam pedagogias no intuito de condicionar e transformar a sociedade diante das imagens apresentadas, incapacitando o ouvinte de dar significados diante da narrativa apresentada a ele. Extingue-se aqui a cultura pessoal em favor da cultura de massa, direcionada apenas e tão somente à repetição e ao mercado. Diante desta condição é preciso analisar

profundamente estas transformações, em termos de processos intra-sociais, intersociais e globais da cultura contemporânea.

Quando Hobbes (1997) e Locke (1997) propuseram os seus respectivos modelos teóricos referentes ao Estado, os mesmos foram refletindo a partir de uma condição histórico-social vigente na época. Hobbes (1997) visava proteger o homem através de uma lógica absolutista, onde, para ele, somente um soberano teria capacidade de protegê-lo de sua própria natureza, suprimindo sua condição natural de conflito e opressão. Locke (1997) acreditava que o homem era bom em sua condição natural e que, mesmo através de um pacto a liberdade do homem deveria ser garantida, pois, para ele o homem era justo em seu estado de natureza. O que se pode observar nesses pensadores e que suas teorias ultrapassam a barreira do tempo se mostrando atuais mesmo em uma nova condição de modernidade ou pós-modernidade. Esses eles não imaginavam um dia existir um mercado globalizado e um mundo economicamente virtual. Propunham apenas estabelecer uma relação mais harmônica entre os homens vivendo em sociedade, propondo direitos e deveres, um através da razão outro através da força, mas, sempre em busca de um bem maior que era a proteção do homem.

Os processos estruturais e culturais se transformaram, mas o capital é que ordena a sociedade, há opressores e oprimidos, as necessidades do indivíduo, da família e do grupo social se adaptam às essas novas condições. O Estado absolutista hobbesiano pode ser visto através da ditadura econômica, não em favor de um todo social como ele imaginou, mas sim, em favor de alguns poucos soberanos indiferentes a grande massa social. Já o Estado Liberal Lockeano, pode ser visto na disponibilidade em deixar a natureza humana a qual ele acreditava ser boa, ordenar a

sociedade, o que nesse sentido, tomou um outro caminho, o da desigualdade econômica e social.

## **CAPÍTULO II**

### **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO FORMA DE CONHECIMENTO DA REALIDADE**

## **02. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO FORMA DE CONHECIMENTO DA REALIDADE**

Em 1961, surge na França uma concepção científica para a psicologia social, a Representação social. Impulsionada pelas idéias empreendidas por Serge Moscovici em sua obra *La psychanalyse, son image et son public* (A representação social da psicanálise). Precursor de uma nova concepção teórica sobre o senso comum e divergindo da corrente norte americana dominante na época sobre a psicologia social que se preocupava basicamente com os processos psicológicos individuais. Moscovici expõe suas idéias na intenção de conhecer melhor o que acontece a um grupo quando uma idéia é disseminada em uma determinada coletividade. A partir do senso comum apresentado pelo grupo é que ele desenvolve a teoria das representações sociais (Costa, 2001; Guimarães, 2003; Lemos, 2004).

Durante algum tempo, as idéias apresentadas por Moscovici (1961) ficaram adormecidas, mas não demorou muito tempo para que elas despertassem e tomassem corpo e força no meio acadêmico. Fundamentadas a partir de pressupostos teóricos das representações coletivas desenvolvidas por Durkheim, que acreditava que as representações coletivas não poderiam ser reduzidas a representações individuais, uma vez que seriam de âmbito sociológico, Moscovici (1961) desenvolveu seu pensamento teórico de modo que viesse a propor um novo modelo reflexivo dentro da psicologia social e que não fosse sociologia. Mesmo fundamentado pelas idéias durkheimianas, ele tomou um caminho específico em direção às representações sociais, um tanto distante da perspectiva sobre a qual Durkheim se fundamentaram (Lagares, 2001; Oliveira, 2002; Farr, 2000).

No campo de ação das representações sociais pode-se dizer que elas são uma resultante da relação entre sujeito e objeto, sujeito e sociedade. Essa dinâmica coletiva parte de um sistema teórico complexo. Os pensamentos são compartilhados entre membros de um grupo que estruturam uma consciência comum, que são as representações, aquelas que estabelecem suas identidades, o seu mundo social. Estas representações acabam por formar um conjunto de identidade própria e que podem ser partilhadas pela sociedade. Suas opiniões, argumentos, idéias, produzem e disseminam conhecimentos sobre o mundo e as coisas, de modo autônomo e também criativo (Jovchelovitch, 2000; Guimarães, 2001; Lagares, 2001; Lemos, 2004).

O processo de convivência mútua entre os homens perpassa ao longo de sua história por uma prática estrutural de grupo conduzida pela formação cultural. Existe neste movimento coerência e uma prática social bem definida, regulada por crenças, conhecimentos, normas e linguagem própria e são eles “que definem os fenômenos sociais” (Moscovici, 2003). Essa confluência de fatores corrobora para a formação dessa representação, em que o produto gerado através da prática representa a maioria social, ou seja, a sua identidade cultural. “A consciência ou a memória que contém as representações se sobrepõem e aparecem como epifenômenos, a vida psíquica sendo, portanto, um rastro desta vida neural, psicofísica, como a luz resultaria do movimento dos átomos e das ondas magnéticas” (Moscovici, 2003, pp. 13-15).

Uma das características sociais é que as representações expressam o pensamento de pessoas ou indivíduos ativos diante do objeto representado. Esses indivíduos constroem, compartilham e interagem socialmente, contribuindo mutuamente para a construção de uma realidade comum. Esta é sempre constituída

de alguma coisa ou de alguém, que dá interpretação do fato social e traz consigo simbolismo do ideal, do social e do material. Essa interpretação resulta da construção ou expressão do sujeito ocasionando a interação diante do novo, articulando conhecimentos relativos ao objeto e dando forma concreta ao que era abstrato (Guimarães, 2001; Oliveira, 2002).

As representações são autônomas, mas se relacionam de maneira ordenada umas às outras. A manutenção dessas relações as leva a adotar uma estrutura que parte das informações apresentadas, se direciona a uma coexistência entre o individual e o social, e são observadas em toda a sistemática do grupo. Pode-se assim, concluir que a representação social não é fruto de uma individualidade, mas, uma decorrência coletiva da comunicação psíquica e lingüística de um determinado grupo que vive em sociedade. As representações são apresentadas e desenvolvidas por pessoas que naturalmente influenciam de alguma maneira o modo de pensar de seu semelhante. São propagadas por argumentos e formas de raciocinar dessas pessoas. Em consequência, a interação do grupo passa a ocorrer partindo de uma construção conceitual de ações representativas (Mazzotti, 2003).

A denominação dada à expressão representação social é fruto do conhecimento fundamentado no hábito adquirido no dia-a-dia, seus objetivos perpassam por critérios de verdades diversas e às vezes alheias à realidade científica. Esse desenvolvimento circula livremente pelo senso comum, indiferente ao caminho que ele segue, possibilitando a inclusão de novos conceitos. A sua compreensão se dá pela transmissão do conhecimento prático, que é dirigido de modo a dar característica sistêmica ou apenas resultante da experiência em seu meio social. Seus significantes são compartilhados pelo grupo ou de modo individual, sendo comum a todos. Esta condição estabelece entre si um resultado que é sustentado por todo o



grupo, representando um conhecimento com capacidade de transmissão “tanto para outros homens no presente, como para as gerações futuras” (Loureiro, 2003 p.110).

A manutenção da representação social parte dessa transmissão coletiva exercida pela sociedade diante de seus integrantes. O seu desenvolvimento e a sua reordenação se dão ao longo do tempo ou através de algum fato significativo de características naturais, ou mesmo pela interferência do homem. O que se deve observar, é que, a representação social se flexibiliza diante dos fatos ocorrentes em seu meio e possuem significados diferentes em diferentes situações sociais.

As informações sobre o mundo em nossa volta nos direcionam a um ajustamento no intuito de identificá-lo e, conseqüentemente, dominar o conhecimento comum daquilo que esse mundo representa para nós. Vivendo em um mundo de informações, objetos e acontecimentos variáveis, o homem, um ser eminentemente social, busca compreender e se posicionar melhor diante dos acontecimentos sociais, “Na realidade, a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (Jodelet, 2001, p. 17-18; Marx & Engels, 1997).

A necessidade de refletir sobre as representações força a ciência a levantar alguns pontos para o seu reconhecimento e estudo. O comportamento ideológico social influencia as condutas coletivas, sendo que as práticas sociais acabam por criar um sistema de ação de considerável complexidade, com condutas sociais determinadas a partir de componentes usuais vividos em seu dia-a-dia. Essas ações conduzem a ciência a utilizar instrumentos específicos no intuito de compreender melhor essa movimentação social, vista a partir da influência que um conceito exerce em um grupo. Partindo desse conceito, pode-se concluir que “o conjunto das

situações sociais” é que determina de fato sobre as questões utilizadas pela ciência em suas pesquisas (Campos, 2003a, p.54).

A determinação de algumas práticas sociais pode ser vistas a partir de diversas condições externas ao sujeito, as mesmas poderão sofrer transformações significativas conduzindo a massa social a uma nova representação diante do objeto, da conduta ou mesmo da ação empreendida pelo meio. Essas transformações, em sua maioria, não são percebidas pelo conjunto, mas, são absorvidas pelo meio sociais. O que se observa, é que, os comportamentos grupais se apresentam de modo comum, partindo de uma prática intragrupal, intergrupar ou mesmo societal. Isso demonstra que a autonomia do conjunto das representações apesar da livre escolha de algumas práticas sociais, acaba por conduzir a uma manipulação das representações com o objetivo de garantir interesses particulares ou mesmo gerais, perante a sociedade.

A análise do discurso social é sempre feita a partir de um contexto apresentado pelo meio social. As informações de maior importância são organizadas de acordo com as necessidades integradas ao meio, seus elementos teóricos são reconstruídos com o interesse de atender ao senso comum e, conseqüentemente, as representações. Os posicionamentos individuais sobre as questões sociais são constituídos a partir da comunicação interpessoal,

Nesse sentido, os princípios organizadores das diferenças individuais são fundamentais na consolidação das dimensões que ligam os agentes sociais...

A análise dos processos que levam à construção das Representações sociais passa pela ancoragem social dessas representações na arena específica em que são travadas as lutas ideológicas de poder (Pereira & Soares, 2003, p. 77).

Por vezes, a memória faz ressurgir conhecimentos adormecidos e relacionados à ordenação social representada pelo Estado ou governo, questões simbólicas são evocadas naturalmente no intuito de ajuizar comportamentos a serem seguidos. As representações se apoiam em:

Valores variáveis – segundo os grupos sociais de onde tiram suas significações – e em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular: e notaremos que são processos centrais na elaboração representativa. Estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos. (Jodelet, 2001, p. 21)

A marca singular do sujeito social é a sua autonomia em dar opinião sobre o objeto, mesmo que essas opiniões sejam representações adquiridas em sociedade. Podendo ser observado que, uma representação é como a língua de um povo: viva e sujeita a modificações ao longo do tempo; manifesta-se através do sujeito ou mesmo do objeto, tem um símbolo e uma interpretação pessoal que, através da comunicação é partilhada com o meio em que ela se insere:

Primeiramente, as representações coletivas se separam das representações individuais, como o conceito das percepções ou imagens. Essas últimas, próprias a cada indivíduo, são variáveis e trazidas numa onda ininterrupta. O conceito é universal, fora do vir-a-ser, e impessoal. Em seguida, as representações individuais têm por substrato a consciência de cada um; as representações coletivas, a sociedade em sua totalidade... Representação seja homogênea é vivida por todos os membros de um grupo, da mesma forma que partilham uma língua. Ela tem por função preservar o vínculo entre eles,

prepará-los para pensar e agir de modo uniforme. Ela é coletiva por isso e também porque perdura pelas gerações e exerce uma coerção sobre os indivíduos, traço comum a todos os fatos sociais. (Moscovici, 2001, p. 47)

Deve-se observar que a comunicação e a ação, os conceitos e as imagens são preceitos de uma representação que se fazem através de imagens, crenças, atitudes, opiniões, mitos, dentre outros. A comunicação tem uma significação, um signo, demonstrado pela palavra, por um hábito ou um costume; a sua produção se dá pela interação social, permanecendo ativa e mantida por seus usuários. A representação social é uma forma ou modalidade de pensamento social que, através da comunicação, busca práticas que acontecem por meio de opiniões dadas a partir da informação, levando a sociedade a adotar uma atitude, favorável ou não, diante do conteúdo ou dos elementos que lhe dão. Esses elementos organizacionais, como se vê, giram em torno de uma estrutura ou de um conteúdo composto por um núcleo central que gera, dá significado a ele e a um sistema periférico que nada mais é que esquemas ou *scripts* do comportamento humanos como ser social (Campos, 2003b; Pereira de Sá, 1996).

## **2.1 - A ANCORAGEM E A OBJETIVAÇÃO**

A integração junto ao novo é a função básica da representação social. Essa integração é consequência da objetivação, que é quem articula a relação conhecida ao objeto social, transformando a abstração em algo com significado comum a todos. Neste sentido o significado é materializado através de uma estrutura de imagens. A partir dessas condições, os sujeitos sociais se organizam e dão forma e sentido ao

conteúdo lingüístico, dando uma nova característica ao conhecimento material, arraigado e estabelecido. Esse conjunto de conhecimentos que se formam através das representações sociais, é o que dá forma concreta e material ao discurso oral da sociedade. A imagem retratada pela objetivação através da transformação material das idéias e da reprodução verbal, oriunda do discurso coletivo, é que constituem a realidade social, numa palavra, a objetivação transfere a ciência para o domínio de ser a ancoragem a delimita ao domínio do fazer, a fim de controlar o interdito de comunicação (Moscovici, 1978; Lagares, 2001).

A capacidade de familiarizar classificando objetos, eventos, idéias, relações, estímulos, acontecimentos em geral, situando-os dentro de uma determinada categoria leva a ancoragem a possibilitar a aproximação entre o sujeito e o objeto, o indivíduo e os membros, estimulando e corroborando para que eles se encorajem a constituir um saber funcional e uma identidade de grupo. “A ancoragem consiste na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas em tal processo” (Pereira de Sá, 1996 p. 46). Esse processo, através do qual a representação social se fixa ao objeto, confere à ancoragem uma sistemática sociocognitiva verbal articulada a significados lingüísticos a grupos e a novos símbolos classificados a partir do referencial de grupo, fortalecendo dessa maneira a sua identidade social e também individual (Torres, 2001; Lemos, 2004).

## **2.2 - A ESTRUTURA DO NÚCLEO CENTRAL**

Em 1976, foi proposta por Abric (2000), a existência de um núcleo central nas representações, onde ele dizia que, em toda representação social há um organismo

sistêmico estruturado a partir de um núcleo central e um sistema periférico. As organizações dessas partes são constituídas seguindo esta premissa:

Toda representação social está organizada em torno de seu núcleo central, que é o seu elemento fundamental. Este é determinado pela natureza do objeto ou pelo tipo de relação existente entre o grupo e ele. O mesmo mantém um sistema de valores e normas que identificam a maneira de pensar e agir do grupo, caracterizando assim a sua função geradora, onde ganham sentido, um valor, e uma função organizacional, que tem sentido unificador e estável na representação, determinando a sua natureza e os elementos estabilizadores. Outro ponto importante ao se conhecer o núcleo central é conhecer o seu conteúdo unificador o qual busca manter inalterado o significado e a organização do conjunto, buscando manter inalteradas situações de mudanças, pois, somente com a modificação do núcleo central é que se modifica uma representação. Ou seja, “o sistema central está ligado à memória coletiva e à história do grupo. Consensual, ele define homogeneidade do grupo, é estável, coerente, rígido, resistente à mudança, pouco sensível ao contexto imediato e tem a função geral de gerar significado a representação, determinando a sua organização”. (Pereira de Sá, 1996, p.74 – 75; Campos, 2003a; Costa, 2001).

O sistema periférico ou elementos periféricos (funcional) se organizam em torno do núcleo central (normativo). Seus elementos constitutivos são mais flexíveis, acessíveis e mais vivos, diferentemente do sistema central ele aceita dentro de si a multiplicidade do grupo, sendo flexivo e tolerante diante da multiplicidade do grupo e também de suas contradições. O sistema periférico responde fundamentalmente por três funções: a de defesa do núcleo central, impedindo que ocorram mudanças significativas e bruscas a ele; a de regulação, sendo mais flexível e representando uma importante função “na adaptação dos conteúdos e processos coletivos às

evoluções do contexto” (Oliveira 2002, p. 58); e também a função de concretizadora, resultante da ancoragem que a reveste de termos concretos e compreensíveis. Mais flexível que o núcleo central, o sistema periférico permite algumas contradições e adaptações das representações diante de um novo contexto, permitindo eventuais modificações às representações. Entretanto, quando surgem alguns elementos que possam causar perigo ao núcleo central ele estabelece uma função de defesa mesmo que para isso ele tenha que absorver elementos que contradizam o núcleo central.

O sistema periférico permite a integração das experiências e histórias individuais. Suporta a heterogeneidade do grupo. É flexível, suporta as contradições, é evolutivo, sensível ao contexto imediato e tem a função de: permitir a adaptação à realidade concreta; permite a diferenciação do conteúdo; protege o sistema central (Abric 2000 pp.74-75).

É importante ressaltar que esse duplo sistema permite a compreensão das representações, mesmo que, às vezes, pareçam contraditórias. Partindo desse sentido pode-se observar que as representações sociais oferecem possibilidades de análise e interpretação dos procedimentos individuais diante de contextos coletivos, buscando assim a compreensão do cotidiano do meio social.

## **CAPÍTULO III**

### **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE GOVERNO: O ESTUDO EMPÍRICO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**



### **03. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE GOVERNO: O ESTUDO EMPÍRICO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Com o objetivo de compreender melhor a questão da representação social de governo, foi utilizado o modelo teórico chamado de abordagem estrutural do estudo das representações (Campos, 2000, 2003; Abric, 2003; Pereira de Sá, 1996). Este modelo de pesquisa das representações sociais aborda três fases: a identificação do conteúdo da representação, o levantamento das hipóteses estruturais acerca do núcleo central e do sistema periférico da representação e finalmente a centralidade, ou seja, a verificação da qualidade central dos elementos que organizam e dão significado ao objeto representado.

O estudo das evocações se funda no princípio da “associação livre a partir de uma palavra (ou expressão) indutora” e este princípio não é exclusivo do campo das representações, seguindo em parte o mesmo fundamento das pesquisas do tipo “*top of mind*” ou “*top of list*”: aquilo que é prontamente, mais imediatamente, lembrado ou evocado é importante. A insuficiência das técnicas de “*top of mind*” reside no fato de não se poder explorar um espectro mais amplo da produção dos sujeitos e de não se poder verificar se a resposta obtida é importante apenas no contexto de pesquisa representado pelos próprios sujeitos, verificar se a resposta é normativa ou idealizada ou ainda quais relações observadas entre a resposta dada e outras respostas possíveis. No campo do estudo das representações sociais, a o princípio da associação livre a partir de palavra indutora obedece a dois fundamentos. O primeiro refere-se ao

objeto de estudo, ao objeto de representação a ser estudado: a palavra indutora deve corresponder à denominação cotidiana que os sujeitos do grupo estudado atribuem ao objeto. O segundo fundamento estabelece o estudo das evocações como estudo da estrutura das representações. As representações sociais têm uma estrutura que se organiza em termos de um núcleo central e um sistema periférico (Abric 2000, 2003 a; Campos & Loureiro, 2003; Pereira de Sá, 1996).

A “Análise das Evocações” é um método para nos aproximarmos da estrutura, isto é, produzir os primeiros levantamentos, as primeiras hipóteses acerca do que é, em uma dada representação social, central ou periférico. Na abordagem estrutural dizer que se conhece uma representação social significa conhecer seu núcleo central. Abric (1994; 2003) define que o estudo estrutural de uma representação deve constar de quatro fases:

- I) Levantamento do conteúdo da representação (identificação dos elementos de significação sejam eles definidos como crenças, idéias, opiniões etc.);
- II) Identificação das relações entre os elementos, produção da hipótese acerca da hierarquia entre os elementos; hipóteses acerca do que é central e do que é periférico;
- III) Controle ou teste da centralidade hipotética;
- IV) Retorno aos sujeitos para contextualização dos resultados obtidos.

A noção de centralidade não será tratada aqui de modo estritamente delimitado, uma vez que nosso interesse se situa no significado da representação: elementos centrais ou supostamente centrais, que nos interessam como “módulos de

significado” (Pereira de Sá 1996, Campos 2000) que são importantes na gestão da relação entre sujeitos e o objeto social, no nosso caso, o governo. No intuito de formatar esta pesquisa sobre a representação social de Estado e governo, foi utilizado um método chamado análise das evocações, cujo instrumento composto por duas questões, uma do tipo “evocação”, comumente utilizado para este tipo de pesquisa, empreendido por Vergès (1992). Essa técnica resume-se na indução de um processo de associação livre, tendo como estímulo uma palavra ou uma expressão que designe o objeto da representação também chamada de “palavra indutora” (Campos, 2000, 2003b, 2003; Pereira de Sá 1996) e outra do tipo caracterização na qual pedia aos sujeitos que enumerassem em ordem crescente as respostas dadas, indo de 01(um) - para a mais importante - até 05 (cinco) - para o menos importante. A partir dessa premissa, foram realizadas duas etapas de pesquisas com três grupos de sujeitos: estudantes universitários dos cursos de Direito, Serviço Social e Economia. Foram aplicados questionários a 300 (trezentos) sujeitos em seus respectivos cursos, sendo que, na primeira etapa, foram elaboradas as seguintes perguntas:

01. Quando você escuta a palavra **GOVERNO**, quais são as 05 (cinco) **palavras ou expressões** que vêm espontaneamente à sua mente?
02. Classifique agora as respostas que você deu por ordem de importância, seguindo uma ordem crescente de 01(um) para o mais importante até 05 (cinco) para o menos importante.

A partir das respostas obtidas através dos sujeitos pesquisados, utilizou-se o programa de análise “*Evoc*”, no qual, de acordo com os resultados obtidos, levando

em consideração a frequência. Dois são os critérios de análise: a frequência e a “ordem média de aparecimento”. A frequência de uma palavra é um indicador bruto de quantos sujeitos, no universo total, fazem referência a ela. Já a “ordem média de aparecimento”, que doravante chamaremos simplesmente de *rang*, se refere à acessibilidade das palavras. Em uma tabela, chamada, “tabela de quatro casas” (ou uma tabela com quatro quadrantes), são apresentados os resultados em termos das palavras ou expressões produzidas pelos sujeitos, tal qual os sujeitos às produziram. No quadro superior e à esquerda, encontra-se o que Abric chama atualmente de ***zona do núcleo central*** encontram-se as evocações mais frequentes e que aparecem, em média, nas primeiras posições, quadrante onde aparecem os supostos elementos centrais (embora, como explica a teoria, nem todos os elementos aí presentes sejam necessariamente centrais), as palavras que aparecem neste quadrante são também chamadas de ***palavras salientes*** no sentido de palavras que se destacam; o quadrante superior direito comporta a ***primeira periferia***, onde aparecem os elementos que apresentam alta frequência associada a uma ordem média de aparecimento nas últimas posições; no quadrante inferior esquerdo, aparece a ***zona dos elementos contrastantes***, que apresentam baixa frequência associada a uma ordem média de aparecimento média nas primeiras posições, o que pode ser indicativo de existência de um subgrupo ou pode ser composto de palavras associadas semanticamente a elementos da zona central. Finalmente, no quadrante inferior direito, aparece à ***segunda periferia***, constituída pelos elementos tipicamente periféricos, ou seja, de baixa frequência e sempre evocados nas últimas posições. É importante destacar que até recentemente os elementos contrastantes eram incluídos na primeira periferia (Abric 2003).

A definição da frequência intermediária deve levar em consideração dois critérios: a distribuição total (relação entre número de ocorrências e quantidade de evocações) e a quantidade de palavras muito frequentes, o que é relativo ao fato de um grupo ser muito ou pouco homogêneo em relação ao objeto, ou seja, existência ou não de “elementos” (aqui representados por palavras) consensuais. A adoção de uma frequência intermediária muito baixa produziria um número ilusório palavras na zona central e inversamente a adoção de um número elevado vai isolar poucas hipóteses de centralidade; a primeira estratégia constitui um erro que levará ao desgaste nas tentativas de testagem da centralidade, enquanto a segunda é uma opção quando estudos anteriores já indicam um grupo coeso com relação ao objeto social em questão.

Por definição a “ordem média de evocação” é a média das “ordens médias” individuais das palavras frequentes calculadas. Assim, uma vez definida a frequência mínima, toda palavra acima ou igual a esta frequência terá uma média de suas posições (ordens) calculada e uma média geral também será obtida em seguida. Quando se utiliza o programa EVOC ele produz automaticamente este indicador.

### **3.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NAS PESQUISAS:**

Os itens abaixo apresentam uma descrição formal dos resultados de evocação encontrados referentes aos três grupos de sujeitos pesquisados.

#### **3.1.1 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE DIREITO**

Os resultados da questão de evocação: A representação social de “governo”, elaborada por estudantes universitários do curso de Direito foram encontrados nesta pesquisa e demonstrados na quadro 1 (p.62), na qual se destacam as “palavras salientes”; dentre elas, possivelmente, (hipoteticamente) deverão se encontrar os elementos centrais da representação pesquisada. Deste modo podemos observar que a palavra “corrupção” teve uma frequência de 64 e uma ordem média de aparecimento (*rang*) de 2,9; “poder”, teve uma frequência de 49 e ordem média de (*rang*) de 2,7; “política”, teve uma frequência de 20 e ordem média de (*rang*) de 2,6; “democracia”, teve uma frequência de 13 e ordem média de (*rang*) de 2,9; “responsabilidade”, teve uma frequência de 09 e ordem média de (*rang*) de 2,5.

Na primeira periferia (casa superior direita e inferior esquerda) se encontram os elementos que atendem isoladamente a um dos dois critérios de análise de elementos que apresentaram forte frequência associada a um *rang* fraco (aparecimento médio nas últimas posições) ou, inversamente, aparecem pouco (baixa frequência), mas aparecem, em média nas primeiras posições (*rang* forte). Foi observada essa condição de frequência significativa (elevada): “administração” teve uma frequência de 20 e ordem média de (*rang*) de 3,0; “dinheiro”, teve uma frequência de 10 e ordem média de (*rang*) de 3,5; “Estado”, teve uma frequência de 11 e ordem média de (*rang*) de 3,1.

A partir desses resultados, podemos identificar, no mínimo, cinco elementos como provavelmente ou potencialmente centrais na representação do Estado e governo. São eles: “corrupção, democracia, poder, política, responsabilidade”. Outra característica que pode ser apresentada é a homogeneidade desse universo, haja vista

que a palavra “corrupção” teve uma frequência significativa de 64 evocações em 100 sujeitos.

**Quadro 01 - Resultados da análise da questão de evocação da representação social de “governo”, elaborada por estudantes universitários do curso de Direito.**

Ordem média de evocação (2,9)	
F	<b>64</b> Corrupção (2,9)
R	<b>13</b> Democracia (2,9)
E	<b>49</b> Poder (2,7)
Q	<b>20</b> Política (2,6)
U	<b>09</b> Responsabilidade (2,5)
Ê	<b>05</b> Eleição (2,0)
N	<b>05</b> Liderança (2,6)
C	<b>08</b> Presidente (2,7)
I	<b>05</b> Soberania (2,6)
A	
	<b>20</b> Administração (3,0)
	<b>10</b> Dinheiro (3,5)
	<b>11</b> Estado (3,1)
	<b>06</b> Autoridade (3,5)
	<b>06</b> Desordem (3,6)
	<b>05</b> Esperança (3,8)
	<b>07</b> Governador (3,1)
	<b>04</b> Justiça-social (4,2)
	<b>06</b> Mentiras (4,0)
	<b>07</b> Ordem (3,1)
	<b>07</b> Povo (3,0)
	<b>04</b> Sociedade (3,2)
Frequência Mínima: 04	
Frequência Intermediária: 09	
Ordem Média: 3,0	

A partir da análise das palavras principais, a quadro 1 apresenta outras informações importantes na construção das hipóteses de centralidade: dos seis elementos destacados anteriormente, somente cinco demonstraram uma estabilidade significativa (são elementos cuja queda de frequência é inferior a 50%). Essas cinco palavras provavelmente indicaram, direta ou indiretamente, elementos do núcleo central: “corrupção, poder, política, democracia e responsabilidade”. Por outro lado, alguns elementos observados na seleção de palavras importantes, sofreram significativas quedas na frequência relativa (queda de frequência acima de 50%),

indicando que, muito provavelmente, eles faziam parte da primeira periferia: “administração, dinheiro, Estado, eleição, liderança, presidente, soberania”.

### **3.1.2 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Os resultados da questão de evocação: A representação social de “governo”, elaborada por estudantes universitários do curso de serviço social:

Foram encontrados nesta pesquisa e demonstrados no quadro 2, na qual se destacam as “palavras salientes”, dentre elas possivelmente (hipoteticamente) deverão se encontrar os elementos centrais da representação pesquisada. Deste modo podemos observar que a palavra “corrupção”, teve uma frequência de 41 e uma ordem média de aparecimento (*rang*) de 2,5; “poder”, teve uma frequência de 32 e ordem média de (*rang*) de 2,9; “responsabilidade social”, teve uma frequência de 18 e ordem média de (*rang*) de 2,7; “administração”, teve uma frequência de 14 e ordem média de (*rang*) de 2,5; “democracia”, teve uma frequência de 11 e ordem média de (*rang*) de 2,0; “Chefe de Estado”, teve uma frequência de 08 e ordem média de (*rang*) de 2,5.

Na primeira periferia, encontram-se os elementos que atendem isoladamente a um dos dois critérios de análise de elementos que apresentaram forte frequência associada a um *rang* fraco (aparecimento médio nas últimas posições) ou, inversamente, aparece pouco (baixa frequência), mas aparecem em média nas primeiras posições (*rang* forte). Sendo observada essa condição de frequência significativa (elevada): “liderança” teve uma frequência de 16 e ordem média de (*rang*) de 3,0; “organização”, teve uma frequência de 15 e ordem média de (*rang*) de 3,0.



A partir desses resultados, podemos identificar, no mínimo, seis elementos como provavelmente ou potencialmente centrais na representação do Estado e governo: “corrupção, poder, administração, democracia e Chefe de Estado, responsabilidade social”. Outra característica que pode ser apresentada é a homogeneidade desse universo, haja vista que a palavra “corrupção” teve uma frequência significativa de 41 evocações em 100 sujeitos.

**Quadro 02 - Resultados da análise da questão de evocação da representação social de “governo”, elaborada por estudantes universitários do curso de Serviço Social.**

Ordem média de evocação	
F	<b>41</b> Corrupção (2,5)
R	<b>32</b> Poder (2,9)
E	<b>18</b> Responsabilidade-social (2,7)
Q	<b>14</b> Administração (2,5)
U	<b>11</b> Democracia (2,0)
Ê	<b>08</b> Chefe de Estado (2,5)
N	<b>05</b> Autoridade (2,6)
C	<b>05</b> Compromisso (2,4)
I	<b>04</b> Dinheiro (2,7)
A	<b>04</b> Habitação (2,0)
	<b>06</b> Honestidade (2,6)
	<b>05</b> Políticas-públicas (2,6)
	<b>04</b> Propina (2,7)
	<b>07</b> Saúde (2,5)
	<b>16</b> Liderança (3,0)
	<b>15</b> Organização (3,0)
	<b>07</b> Competência (3,0)
	<b>06</b> Desemprego (3,8)
	<b>07</b> Educação (3,2)
	<b>04</b> Roubo (3,0)
	<b>05</b> Segurança (3,4)
	<b>06</b> Trabalho (4,5)
	<b>05</b> Transporte (4,8)

Frequência Mínima: 04  
Frequência Intermediária: 08  
Ordem Média: 3,0

A partir da análise das palavras principais, a quadro 2 apresenta outras informações importantes na construção das hipóteses de centralidade. Dos seis demonstraram uma estabilidade significativa (são elementos cuja queda de frequência é inferior a 50%). Estas seis palavras provavelmente indicaram, direta ou indiretamente, elementos do núcleo central: “corrupção, poder, responsabilidade-

social, administração, democracia e Chefe de Estado”. Por outro lado, alguns elementos que haviam sido observados na seleção de palavras importantes, sofreram significativas quedas na frequência relativa (queda de frequência acima de 50%), indicando que, compõem a *primeira periferia*: “liderança, organização, autoridade, compromisso dinheiro, habitação honestidade, políticas-públicas, propina, saúde”.

### **3.1.3 RESULTADOS ENCONTRADOS NO CURSO DE ECONOMIA**

Os resultados da questão de evocação: A representação social de “governo”, elaborada por estudantes universitários do curso de “economia” foram encontrados nesta pesquisa e demonstrados na quadro 3, na qual se destacam as “palavras salientes”; dentre elas possivelmente (hipoteticamente) dever se encontrar os elementos centrais da representação pesquisada. Deste modo podemos observar que, a palavra “corrupção”, teve uma frequência de 35 e uma ordem média de aparecimento (*rang*) de 2,5; “poder”, teve uma frequência de 16 e ordem média de (*rang*) de 2,8; “política”, teve uma frequência de 16 e ordem média de 2,6%; “responsabilidade-social”, teve uma frequência de 16 e ordem média de 1,8%; “administração”, teve uma frequência de 13 e ordem média de (*rang*) de 2,6; “educação”, teve uma frequência de 11 e ordem média de (*rang*) de 2,9; “impostos”, teve uma frequência de 09 e ordem média de (*rang*) de 2,2; “mentira”, teve uma frequência de 08 e ordem média de (*rang*) de 2,3; “dinheiro”, teve uma frequência de 7 e ordem média de 2,7%.

Na primeira periferia, encontram-se os elementos que atendem isoladamente a um dos dois critérios de análise de elementos que apresentaram forte frequência associada a um *rang* fraco (aparecimento médio nas últimas posições) ou, inversamente, aparece pouco (baixa frequência), mas aparecem em média nas primeiras posições (*rang* forte). Sendo observada essa condição de frequência

A partir desses resultados, podemos identificar, no mínimo, nove elementos como provavelmente ou potencialmente centrais na representação do Estado e governo: “administração, corrupção, dinheiro, educação, impostos, mentira, poder, política, responsabilidade-social”. Outra característica que pode ser apresentada é a relativa homogeneidade desse universo, haja vista que a palavra “corrupção” teve uma frequência de 35 evocações em 100 sujeitos.

Ordem média de evocação	
F	<b>13</b> Administração (2,6)
R	<b>35</b> Corrupção (2,6)
E	<b>16</b> Poder (2,8)
Q	<b>16</b> Política (2,6)
U	<b>16</b> Responsabilidade-social (1,8)
Ê	<b>04</b> Competência (1,5)
N	<b>06</b> Desenvolvimento (2,8)
C	<b>04</b> Desorganização (1,7)
I	<b>05</b> Economia (2,8)
A	<b>05</b> Emprego (2,6)
	<b>05</b> Organização (2,2)
	<b>05</b> Povo (2,4)
	<b>06</b> Roubo (2,6)
	<b>06</b> Saúde (2,6)
	<b>05</b> Sociedade (2,8)
	<b>07</b> Dinheiro (2,7)
	<b>11</b> Educação (2,9)
	<b>05</b> Descaso (3,2)
	<b>04</b> Desrespeito (3,5)
	<b>05</b> Estado (3,8)
	<b>04</b> Ordem (3,0)
	<b>04</b> População (3,0)
	<b>04</b> Segurança (3,2)
	<b>09</b> Liderança (3,7)

09 Impostos (2,2)

08 Mentira (2,3)

Frequência mínima: 04

Frequência intermediária: 08

Ordem média: 3,0

A partir da análise das principais palavras, a quadro 3 apresenta outras informações importantes na construção das hipóteses de centralidade: dos cinco demonstraram uma estabilidade significativa (são elementos cuja queda de frequência é inferior a 50%). Essas cinco palavras provavelmente indicaram, direta ou indiretamente, elementos do núcleo central: “administração, corrupção, poder, política, responsabilidade-social”. Por outro lado, alguns elementos que haviam observados na seleção de palavras importantes sofreram significativas quedas na frequência relativa (queda de frequência acima de 50%), indicando que, muito provavelmente eles façam parte da “primeira periferia”: “educação, impostos, mentira, desenvolvimento, roubo, saúde, dinheiro, sociedade, povo, organização, emprego, economia, desorganização, competência”.

### **3.2 ANÁLISE DOS DADOS DA QUESTÃO DE HIERARQUIZAÇÃO**

Para o levantamento de dados e análise de sua similitude, foi elaborado um questionário específico para cada grupo de sujeitos. Todas as palavras apresentadas a esses sujeitos vieram do resultado encontrado na primeira etapa da pesquisa, ou seja, as palavras foram evocadas pelos próprios sujeitos na primeira fase do trabalho. A segunda questão da pesquisa teve a seguinte formatação:

Na aplicação do questionário, foi necessário que se fizessem agrupamentos de conteúdos para possibilitar a análise de similitude das respostas encontradas. A questão um, em seu complemento pede em seu enunciado, que fossem apresentadas

as cinco palavras que menos caracterizavam o governo e as cinco que mais o caracterizavam:

- selecione, segundo **a sua opinião**, quais são as 05 (cinco) palavras que **melhor caracterizam** o **Governo** e escreva os números correspondentes a elas nas casas abaixo.

|\_|\_|      |\_|\_|      |\_|\_|      |\_|\_|      |\_|\_|

- Agora, selecione as 05 (cinco) palavras que **menos** caracterizam o **Governo**, em seguida, escreva os números correspondentes a elas nas casas abaixo.

|\_|\_|      |\_|\_|      |\_|\_|      |\_|\_|      |\_|\_|

A constituição das categorias forma uma espécie de *nódulos de significado social*, conservadores de palavras, opiniões, atitudes etc. Estas estão em equivalência com o que chamamos de *elementos* de uma representação social, os quais resumem as várias palavras que foram produzidas pelos sujeitos que foram instigados pela questão de evocação (*pela palavra indutora*). Deve-se ressaltar que, evidentemente, todo o processo de categorização se constitui de uma pesquisa qualitativa desenvolvida pelo pesquisador, e que a mesma apresenta todos os preceitos necessários para o seu desenvolvimento, tanto quanto se fosse feita uma análise de conteúdo. O detalhamento específico desse tipo de método é que a produção das categorias deverá ter como fundamentação as palavras salientes (*e em seguida as palavras mais freqüentes*) levantadas na análise das evocações. Logo abaixo, estão dispostas as palavras identificadas e algumas mais freqüentes. Sua distribuição

categórica é feita em relação à quantidade total de palavras e estão indicadas na Tabela 1 (Lagares, 2001; Campos 2003; Lemos, 2004).

**Tabela 01 – Distribuição das categorias para a análise de similitude.**  
**Quadro sintético das palavras relevantes encontradas em cada um dos grupos de sujeitos para a palavra “governo”.**

	<b>Direito</b>	<b>Serviço Social</b>	<b>Economia</b>
<b>Hipótese de centralidade</b>	Corrupção Democracia  Poder Política Responsabilidade-social	Administração Corrupção Democracia Imposto Mentira Poder Responsabilidade-social	Administração Corrupção  Poder Política Responsabilidade-social
<b>Primeira periferia</b>	Administração Dinheiro  Estado Presidente	Honestidade  Liderança  Organização Saúde	Desenvolvimento  Liderança  Saúde Roubo

Após os resultados encontrados referentes às palavras com possível centralidade e o sistema de primeira periferia, na questão de número dois foram apresentadas aos sujeitos pesquisados, duplas de palavras para que fossem construídas frases a partir das mesmas, no intuito de complementar os levantamentos necessários para essa pesquisa. Veja uma delas:

**02.** Será apresentado abaixo um conjunto de palavras associadas de duas em duas. A partir dessas associações, construa uma frase para cada dupla apresentada: governo/administração, governo/corrupção, governo/imposto, governo/liderança, governo/poder, governo/política, governo/responsabilidade-social.

De posse dos dados coletados e, a partir das análises das evocações, foi possível tratar os resultados com base na produção dos sujeitos em relação às categorias e seus respectivos cursos (**Direito, Serviço Social e Economia**), de modo a reunir as palavras que tenham o mesmo referencial e significado social e que pertençam a um mesmo nível de representação apresentado pelos sujeitos. Após a reunião dessas palavras converteram-se os resultados em um questionário de associação livre.

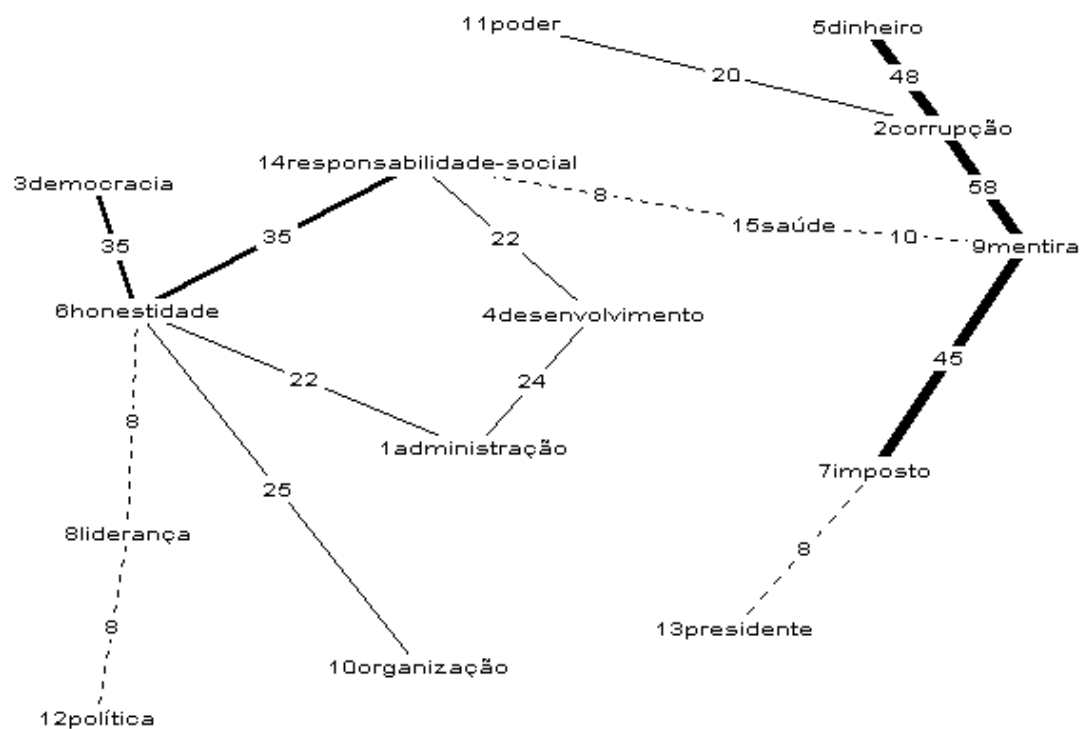
Nos gráficos a seguir, as palavras são ligadas por traços (linhas) que se destacam uns dos outros devido à frequência com que as palavras são relacionadas pelos sujeitos. Esperava-se que os elementos centrais estivessem ligados a uns números maiores de elementos representativos, pois, em conformidade com sua apresentação, pode-se observar o conjunto de representações, no qual, com base na intensidade da ligação de suas representações, será observada a possível centralidade (marcada por ligações mais intensas), e próximo a ela um sistema periférico (marcado por ligações menos intensas).

### 3.2.1 RESULTADOS ENCONTRADOS NOS ALUNOS DO CURSO DE

**DIREITO:** estão demonstradas em seguida, no gráfico 1, também conhecido como *árvore máxima* ou *gráfico de similitude*.

- Gráfico 1 - Árvore Máxima da Representação Social de Governo do Curso de Direito (*análise de similitude*)

RS de Governo, [árvore máxima]



O Elemento “honestidade” tem a maior quantidade de conexões (05), o que poderia ser considerado indício de centralidade, mas esta hipótese pode ser descartada pela baixa intensidade destas mesmas conexões. Por outro lado, os elementos “corrupção” e “mentira” apresentam ligações intensas, porém em pequena



quantidade. Estes dados são indicativos de uma representação não-estruturada, uma representação instável.

Duas hipóteses se apresentam: há para este grupo uma representação “em forma de estabilização”, embora nenhum dado de realidade nos permita pensar ou propor que este grupo, enquanto grupo social está em processo de transformação das práticas relativas ao objeto. Uma outra hipótese consiste em supor que, de fato, o objeto social “governo” não é um objeto de representação social, uma vez que não observa, para este grupo, relevância social, nem produz práticas grupais referentes a este mesmo objeto. Enfim, o “governo” pode não ser um elemento social importante para este grupo.

Após a análise do gráfico da árvore máxima, pode se observar que, ao contrário do que se percebeu anteriormente, não há indicação de nenhum elemento com provável centralidade na representação de governo para os sujeitos do curso de Direito. O que se pode observar é que na organização dos elementos, representada no “gráfico 1”, não se permite apontar um núcleo central. Essas ligações fazem parte da representação dos sujeitos, entretanto, elas se pulverizam entre si, demonstrando uma superficialidade genérica sobre o governo.

### **3.2.2 RESULTADOS ENCONTRADOS NOS ALUNOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

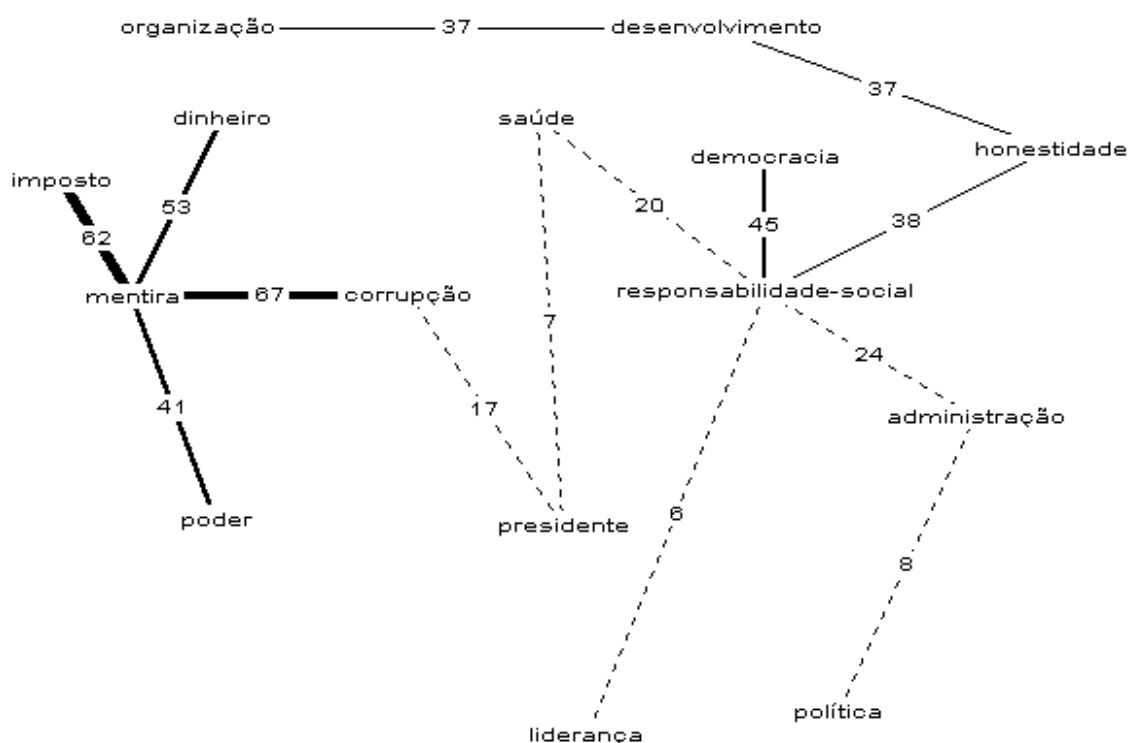
Os resultados obtidos a partir da análise das evocações (análise estatística) foram submetidos a uma investigação específica chamada de “análise de similitude”

cuja operação tem o objetivo de reunir palavras ou expressões (categorização), que são representadas através de uma matriz de similitude expressa através de gráficos.

Os resultados encontrados referentes ao governo e as representações sociais de governo apresentadas pelos sujeitos do curso de serviço social estão demonstradas abaixo no “gráfico 2”, também conhecido como “árvore máxima” ou “gráfico de similitude”.

**- Gráfico 2 - Árvore Máxima da Representação Social do Curso de Serviço Social (*análise de similitude*)**

RS de Governo, S. Social (árvore máxima)



A análise da representação social de governo, para estudantes do serviço social se aproxima muito da análise anterior: um primeiro bloco, inespecífico,

organizado em torno do elemento “mentira”, e um segundo composto de conexões de baixa intensidade, em torno do elemento responsabilidade-social”.

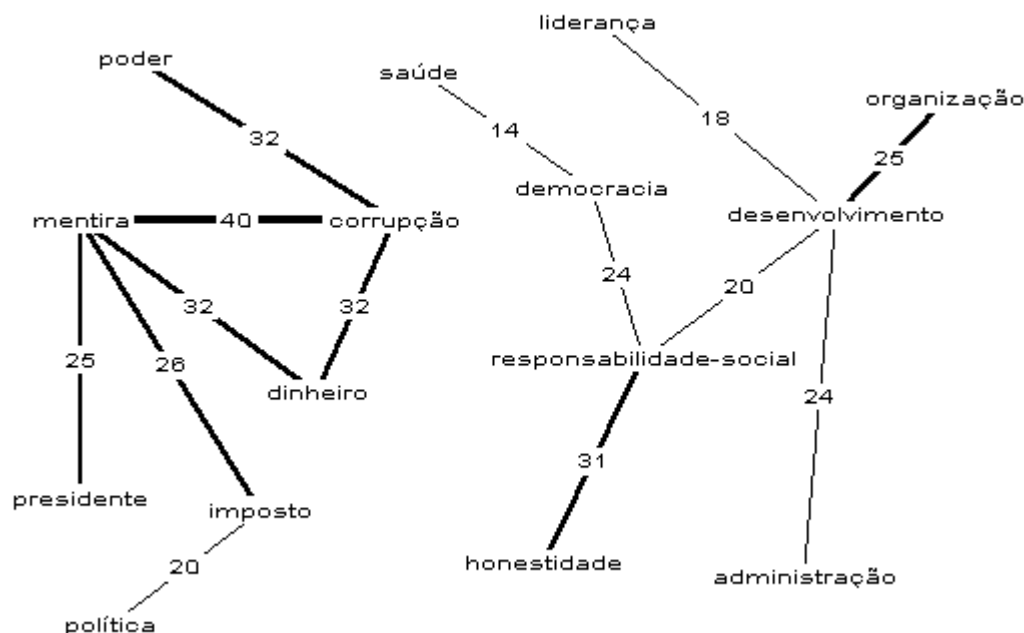
Podemos supor que se trata de uma representação pouco estruturada, pouco organizada. Esta suposição é reforçada pelo fato que os dois elementos mais relevantes obtidos na análise das evocações (corrupção e poder) não são destacados na análise da similitude (baixa conexidade). Deste modo não nos parece incoerente levantar a hipótese que o objeto “governo” não tem relevância social suficientemente, para este grupo de sujeitos, a ponto de tornar-se um objeto de representação social.

### **3.2.3 RESULTADOS ENCONTRADOS NOS ALUNOS DO CURSO DE ECONOMIA**

Os resultados encontrados referentes ao Estado e as representações sociais de governo apresentadas pelos sujeitos do curso de Economia estão demonstradas em seguida no “gráfico 3”, também conhecido como “árvore máxima” ou “gráfico de similitude”.

**- Gráfico 3 - Árvore Máxima da Representação Social de Governo do Curso de Economia (*análise de similitude*)**

RS de Governo, Economia [árvore máxima]



Os resultados obtidos a partir da análise das evocações (análise estatística) foram submetidos a uma investigação específica chamada de “análise de similitude” cuja operação tem o objetivo de reunir palavras ou expressões (categorização), que são representadas através de uma matriz de similitude, expressa através de gráficos. Nestes gráficos são encontradas conexões apresentadas entre os elementos e a intensidade com que eles são unidos. O gráfico apresenta um primeiro bloco organizado em torno da “corrupção” e “mentira”. Os dois elementos apresentam ligações intensas e em quantidade relativamente significativa para o conjunto (mentira apresenta 04 conexões e corrupção 03).

Do ponto de vista semântico, este bloco, organizado em torno destes dois elementos, parece indicar que a representação de governo pode estar associada à representação de “política” ou de “políticos”. No segundo bloco, dois elementos também apresentam relativa quantidade de conexões, porém de baixa intensidade

(desenvolvimento e responsabilidade-social). Estes elementos parecem indicar que a representação de governo tem uma subestrutura específica. Podemos inferir que, de algum modo, os estudantes de economia associam o “governo” ao desenvolvimento econômico e lhe atribuem uma função de responsabilidade social. Porém os indicadores quantitativos, associados às hipóteses de centralidade colhidas na questão de evocação, mostram que estes aspectos não são centrais.

Recapitulando, podemos afirmar que os elementos mais importantes, do ponto de vista estrutural, não são específicos ao governo (corrupção, poder, mentira) e os elementos específicos não são significativos (administração, desenvolvimento e responsabilidade-social). O que nos permite supor que, finalmente o governo “não” é um objeto de representação, no sentido exato, para este grupo. Dito de outro modo, embora fale dele, o objeto “governo” não é um objeto de relevância social para estes sujeitos.

### **3.3 ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DESCRITAS PELOS SUJEITOS PESQUISADOS**

O objetivo desta etapa foi de aprofundar, do ponto de vista mais qualitativo o conteúdo da representação social de governo, visando explorar possíveis significados específicos oriundos da experiência mais individual, portanto mais subjetiva de cada sujeito. Sobretudo busca-se explorar as funções e o papel do Estado, através dos traços específicos de governo.

As respostas obtidas para os três grupos foram objeto de uma análise de conteúdo, do tipo temática.

### 3.3.1 – ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DOS ESTUDANTES DE DIREITO

A tabela 02 a seguir apresenta os resultados encontrados a partir da indução das palavras governo/administração. Diferentemente do curso de economia, seria compreensível que as representações empreendidas pelos sujeitos do curso de direito não articulassem profundamente teoria e prática relacionada a essa questão. No entanto, devido à racionalidade e fundamentação teórica necessária para a formação desses bacharéis as respostas encontradas não corresponderam ao imaginado, em suas estruturas, conteúdo, ortografia e linguagem.

**Tabela 02 - Proposições dos Estudantes de Direito Encontradas a Partir das Palavras: governo/administração**

Afirmam que a administração do governo é ineficiente	33%
Dizem que a administração pública é responsabilidade do governo	25%
Afirmam que o governo desenvolve uma administração importante no âmbito social	10%
Dizem que o governo faz uma má administração	9%
Afirmam que o governo faz uma administração pensando em si próprio	9%
Acreditam que uma boa administração é sinônimo de um bom governo	7%
Total	100%

A tabela 03 apresenta os resultados encontrados a partir da indução das palavras governo/corrupção. Os resultados apurados nessa tabela apontam surpreendentemente 93% de sujeitos que vêem o governo como sendo corrupto ou fazendo algum tipo de inferência negativa em relação a esse contexto; 7% apenas fazem uma inferência lógica em relação ao governo e a corrupção. Ao contrário da tabela anterior, aqui se se imaginaram uma inferência direta a teorias jurídicas relacionadas ao tema, ou no mínimo idéias com propriedades reflexivas justamente em função do conjunto de faculdades intelectuais que sustentam essa formação: **as leis.**

**Tabela 03 - Proposições dos Estudantes de Direito Encontradas a Partir das Palavras: governo/corrupção**

Dizem que o governo é corrupto	51%
Afirmam que a corrupção esta atrelada ao governo	15%
Acham que há muita corrupção no governo	10%
Afirmam que o maior mal do governo é a corrupção	9%
Dizem que o governo não deve ser corrupto	8%
A população perde quando o governo é corrupto	7%
Total	100%

A tabela 04 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/democracia. Apesar dos resultados encontrados atribuírem um relativo equilíbrio entre o bom e o inadequado, o alto índice de reprovação em relação ao governo e a democracia devem servir de alerta para quem governa o Estado em suas três esferas políticas: Federal, Estadual e Municipal; 20% dos resultados confirmam a percepção democrática no governo, uma informação lógica dada em relação a como estrutura governamental vigente; 5% parecem estar vivendo fora da realidade estabelecida nesse Estado, quando afirmam que vem ocorrendo uma consolidação democrática no País.

**Tabela 04 - Proposições dos Estudantes de Direito Encontradas a Partir das Palavras: governo/democracia**

Acham que a democracia no governo não é correta	31%
Afirmam que não há democracia no governo	27%
Acreditam que há democracia no governo	20%
A democracia é a base para um bom governo	11%
A democracia no governo é a base para a criação do país	6%
Afirmam que a democracia vem se consolidando no governo	5%
Total	100%

A tabela 05 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/poder. Segundo esses dados, expressões como: “usa mal”, “em seu benefício”, “só se preocupa”, “de maneira errada” representam 66% dos sujeitos que



percebem o poder sendo usado de modo inadequado pelo governo; outros 26% afirmam apenas que governo é poder; 5% dizem que o governo faz bom uso do poder. Esses dados representam um discurso casual, usado inadvertidamente pelo senso comum, pois é mais fácil criticar uma situação do que apresentar meios para que seja solucionado o problema. Essa visão de Estado empreendida por esses sujeitos é um estereótipo difundido pela mídia de modo geral, seria salutar que se tivesse encontrado uma relação entre o tema proposto e o sistema jurídico vigente, o que, infelizmente não ocorreu.

Uma característica observada em relação ao poder ocorreu durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Diferentemente dos cursos de Economia e Serviço Social, em que a cordialidade e a presteza dos professores e alunos, em contribuir com a nossa investigação, houve uma dificuldade significativa durante a coleta dos dados no curso de Direito, tanto por parte dos professores que impediam o acesso dos pesquisadores em suas respectivas salas de aula, quanto por parte dos alunos que se negavam a responder os questionários alegando falta de tempo, ou mesmo, devolvendo-os com as respostas incompletas ou em branco.

**Tabela 05 - Proposições dos Estudantes de Direito Encontradas a Partir das Palavras: governo/poder**

Dizem que o governo usa mal o seu poder	33%
Afirmam que governo é poder	26%
Dizem que o governo busca o poder em seu benefício	18%
O governo só se preocupa com o poder	10%
Afirmam que o poder do governo esta sendo conquistada da maneira errada	5%

Dizem que o governo usa bem o poder	5%
Total	100%

A tabela 06 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/política. Os resultados apurados nessa tabela consideram que 86% dos sujeitos pesquisados atribuem uma perspectiva inadequada sobre essa questão. Para essa classe de sujeitos, que sempre disponibilizaram representantes para a política e que também estudam filosofia, sociologia, ciência política dentre outras matérias, as respostas apresentadas são reflexões inexpressivas, inconsistentes e superficiais sobre esse tema, dando a impressão que o governo e a política não são objetos de preocupação para esses sujeitos.

**Tabela 06 - Proposições dos Estudantes de Direito Encontradas a Partir das Palavras: governo/política**

Afirmam que a política do governo segue um caminho errado	24%
O governo usa mal a política	22%
Afirmam que a política do governo deveria trazer melhorias ao povo	17%
O governo deve Ter uma boa política	14%
Afirmam que a política do governo segue o caminho errado	12%
Crêem não existir no governo uma boa política	11%
Total	100%

A tabela 07 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/responsabilidade-social. Segundo os dados colhidos, 79% dos

sujeitos apresentam uma visão negativa em relação às palavras apresentadas. Na prática acadêmica, essa questão não é objeto de estudo para esses sujeitos, no entanto, como cidadãos e futuros profissionais de direito, era esperado encontrar respostas mais consistentes em relação a esse assunto. Esses dados conduzem nossas reflexões a idéia de que esses sujeitos apesar de fazerem parte dessa sociedade, são indiferentes aos seus problemas estruturais referentes do governo.

Durante todo o trabalho, teve-se o cuidado buscar encontrar uma representação que de fato refletisse um plano geral daquilo que os estudantes dos três grupos pesquisados pesavam sobre o governo. Para tanto, buscou-se coletar dados de sujeitos que já estivessem inseridos no conjunto teórico de suas respectivas formações acadêmicas, optando durante todo o trabalho por aqueles que estivessem cursando no mínimo o quarto período dos seus referidos cursos. Infelizmente as representações sociais apresentadas, não refletem aquilo que se imagina encontrar em sujeitos que optaram por uma formação profissional de ampla importância para a sociedade a que se inserem.

**Tabela 07 - Proposições dos Estudantes de Direito Encontradas a Partir das Palavras: governo/responsabilidade-social**

Afirmam não haver responsabilidade social no governo	31%
Dizem que a pouca responsabilidade social no governo	22%
Dizem que responsabilidade social é objetivo, prioridade do governo.	19%
Afirmam que o governo deveria se preocupar mais com a responsabilidade social	18%
Dizem que o governo deveria atender com mais responsabilidade social	8%

aos mais necessitados	
Afirmam que responsabilidade social é de todos e não somente do governo	2%
Total	100%

### 3.3.2 – ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DOS ESTUDANTES DO SERVIÇO SOCIAL:

A tabela 08 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/administração. Os dados colhidos nas frases apontam uma idéia inadequada a respeito da atividade administrativa do governo, os resultados apresentaram um grau de afinidade superficial em relação ao proposto, mais de 55% dos itens da tabela apresentam proposições do tipo: “administra mal”, “esta confusa”, “visa aos interesses de poucos” representando uma visão negativa e superficial em relação ao governo. Não houve nenhuma inferência ao capitalismo, ao processo de trabalho, a gestão propriamente dita, que são matérias obrigatórias para a formação desses sujeitos.

**Tabela 08 - Proposições dos Estudantes de Serviço Social Encontradas a Partir das Palavras: governo/administração**

Acham que o governo administra mal o país	40%
Afirmam que há no governo uma administração honesta e transparente	30%
Acreditam que a principal meta do governo é sua administração	8%
Dizem que fazer uma boa administração é obrigação do governo	7%

Acham que o governo tenta uma boa administração, mas não tem qualidade.	6%
Acreditam que a administração do governo esta confusa	5%
Afirmam que a administração do governo visa aos interesses de poucos	4%
Total	100%

A tabela 09 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/corrupção. Esses resultados foram indiscutivelmente os mais preocupantes e surpreendentes dos observados até agora. As respostas apresentadas sugerem que em 96% dos sujeitos aparecem questões do tipo: “é corrupto”, “destroi a nação”, “é um mal que deveria ser banido”, “é improvável que acabe”; são idéias negativas, mas que representam um conceito popular apresentado em qualquer roda de amigos e conversa de botequim, o que contradiz a formação desses sujeitos que é fundamentada em teorias científicas. O seu discurso corrobora com a idéia de ineficácia do Estado em relação à solução de seus problemas, porém, o que mais preocupante é o discurso vazio que esses sujeitos empreendem em relação ao governo, não fazendo nenhuma inferência a propostas que visem a solucionar essa questão.

**Tabela 09 - Proposições dos Estudantes de Serviço Social Encontradas a Partir das Palavras: governo/corrupção**

Afirmam que o governo é corrupto	85%
----------------------------------	-----

Dizem que a corrupção não destrui apenas o governo, mas a nação.	4%
Afirmam que o governo não é corrupto	4%
Dizem que a corrupção é um mal que deveria ser banido	3%
Acreditam que é improvável que o governo acabe com a corrupção	3%
Corrupção no governo é uma questão de ética	1%
Total	100%

A tabela 10 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/democracia. Os resultados apurados aqui, apontam uma perspectiva pouco positiva e absolutamente equivocada em relação a essa questão, pois, a democracia é o modelo vigente em nosso país como também em quase todas as nações ocidentais. 70% dos sujeitos apresentam um discurso do tipo: “não há democracia”, “deveria haver”, “nem sempre há”, “é para poucos”; são idéias no mínimo levianas sobre essa questão, haja vista que esses sujeitos estudam o social desde o primeiro período de sua formação acadêmica.

**Tabela 10 - Proposições dos Estudantes de Serviço Social Encontradas a Partir das Palavras: governo/democracia**

Acreditam haver democracia no governo	30%
Dizem não haver democracia no governo	27%
Afirmam que deveria haver democracia no governo	20%
Dizem que nem sempre há democracia no governo	15%

Afirmam que a democracia é para poucos no governo e quando lhe convém	8%
Total	100%

A tabela 11 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/liderança. Os dados colhidos apresentam a idéia de que em 72% dos sujeitos apresentam uma perspectiva do tipo: “não há”, “é limitada”, “nem sempre há”, “exerce em benefício próprio”; ou seja, esse juízo nos remete a idéia hobbesiana de que o estado de natureza é que impera nessa sociedade, onde, a ordem é exercida através da força bruta o que não é verdade. Há no Estado um pacto social em favor de sua administração, o qual, seus representantes são eleitos pelo voto direto e conduzidos a condição de liderança social pela maioria do povo que integra essa nação. Ocorrer nesses dados uma insatisfação em relação à liderança exercida, entretanto, não há nenhuma sugestão dada nas respostas com o objetivo de sanar esse problema, contrariando as expectativas esperadas vindas de sujeitos que estudam o social.

**Tabela 11 - Proposições dos Estudantes de Serviço Social Encontradas a Partir das Palavras: governo/liderança**

Há liderança no governo	28%
Afirmam que não há liderança no governo	25%
A liderança do governo é limitada	20%

Nem sempre há liderança no governo	17%
O governo exerce sua liderança somente em benefício próprio	10%
Total	100%

A tabela 12 apresenta os resultados encontrados a partir da indução das palavras governo/organização. As respostas apresentadas pelos estudantes, mostram que eles vêem a organização do governo de modo ruim, pois em 85% das respostas apresentadas dizem que: “não há”, “nem sempre há” ou “deve haver”. Os resultados coletados nos apresentam um fato lamentável em relação aos governantes, mas nada que já não fosse conhecido, no entanto, eles não fazem nenhum tipo de referência a como ela deveria ser exercida essa organização. Alguns desses sujeitos se esquecem que existe uma organização, que, como todas as outras ocorrem falhas estruturais que precisam ser corrigidas, e esses futuros profissionais terão que se posicionar de modo a contribuir para a solução desses problemas, ou correram o risco de exercerem de maneira lamentável a profissão que eles escolheram.

**Tabela 12 - Proposições dos Estudantes de Serviço Social Encontradas a Partir das Palavras: governo/organização**

Dizem não haver organização no governo	49%
Crêem que nem sempre há organização no governo	21%
Afirmam que há organização no governo	15%
Dizem que deve haver organização no governo	15%
Total	100%



A tabela 13 apresenta os resultados encontrados a partir da indução das palavras governo/poder. Os dados apurados nessa tabela mostram que os sujeitos atribuem características um pouco mais distribuídas entre a afirmação de existir poder no governo, a negação de não haver e apenas 10% expressão o discurso retórico do curso em questão, sem que haja nenhuma inferência teórica sobre esse assunto.

**Tabela 13 - Proposições dos Estudantes de Serviço Social Encontradas a Partir das Palavras: governo/poder**

Acreditam que o governo tem poder	35%
Acham que todo aquele que esta no governo pensa que o poder é somente seu	15%
Acham que o governo não tem poder	12%
Afirmam que o governo só pensa no poder	12%
Acreditam que o poder do governo deve ser para fins sociais	10%
Dizem que o poder do governo é absoluto	6%
Acreditam que o governo esta perdendo o poder	5%
Nem sempre o governo tem poder	5%
Total	100%

A tabela 14 apresenta os resultados encontrados a partir da indução palavras governo/responsabilidade-social. Nas respostas apresentadas pelos sujeitos, 59% avaliam de modo negativo a relação entre governo e responsabilidade social; 12% das respostas apresentadas afirmam “ter” responsabilidade social; 21% das frases apresentadas atribuem uma função que já é do governo; e 8% dos sujeitos se esqueceram que governo é sociedade.

Indiscutivelmente chega-se ao final dessa análise, com uma enorme preocupação diante dos resultados encontrados em todos os quadros anteriores. Coincidentemente em relação aos sujeitos do serviço social, a segunda etapa dessa pesquisa foi feita em sua totalidade com estudantes que estavam cursando entre o sétimo e o oitavo período de suas graduações. Imaginava-se que em suas frases fossem encontrados conceitos teórico-científicos e isso não se confirmou, o que foi observado é que, não existe qualquer diferença conceitual entre esses estudantes e o modo como qualquer um na sociedade vê o governo. Aqui em especial, supunha-se encontrar um aprofundamento teórico mais concreto diante do que foi proposto, pois, esses sujeitos aprendem ou pelo menos estudam durante a sua formação acadêmica: teoria política, economia política, política social, processos de trabalho, gestão e ética em serviço social dentre outros, mas o que se encontrou, foi uma relação de pouca importância diante do governo.

O resultado nos leva a reforçar a hipótese segundo a qual, “governo e Estado” não são objetos relevantes para a vida cotidiana destes sujeitos.

**Tabela 14 - Proposições dos Estudantes de Serviço Social Encontradas a Partir das Palavras: governo/responsabilidade-social**

Afirmam que o governo não tem responsabilidade social	34%
Afirmam que o governo tem pouca responsabilidade social	25%
Responsabilidade social deve ser prioridade no governo	21%
Afirmam que o governo tem responsabilidade social	12%
Responsabilidade social é atribuição de toda sociedade e não somente do governo	8%
Total	100%

### **3.3.3 ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA.**

Na tabela 15, os resultados mostram que a maioria os sujeitos pesquisados atribuem um posicionamento inadequado do governo frente a sua administração. Para esse grupo de sujeitos, os fatores que mais influenciam essa condição podem ser observados através das estruturas: “má administração”, “administração voltada as seus interesses” que correspondem a 46% dos sujeitos. Outro grupo apresenta itens como: “boa administração”, “governo justo”, o que refletem apenas uma característica funcional sobre as proposições produzidas a partir da indução das palavras “governo/administração”.

Uma parte significativa dos resultados aponta que esses sujeitos compreendem a administração do governo de modo ineficiente, sua percepção foge dos aspectos ligados à sua própria formação acadêmica, igualando-se a prática social difundida pelos meios de comunicação. Independentemente dos outros 54% dos sujeitos que apresentam uma percepção relativamente positiva em relação a essa questão, o que foi verificado foi que esse grupo valoriza pouco o governo contrariando que se espera encontrar a esse respeito.

**Tabela 15 – Proposições dos Estudantes de Economia Encontradas a Partir das Palavras: governo/administração.**

Existe no governo uma má administração	41%
O governo possui ferramentas para fazer uma boa administração	20%
Um bom governo tem uma boa administração	17%

O governo é responsável por uma boa administração pública	12%
Uma boa administração depende de um governo justo	5%
Há no governo uma administração voltada a seus interesses	5%
Total	100%

A tabela 16 apresenta os resultados encontrados a partir da indução das palavras governo/corrupção. As proposições nessas frases são no mínimo surpreendentes, eles apontam características inadequadas a condição governamental. A percepção que os sujeitos apresentam consiste em 87% de uma condição negativa em relação ao proposto. Esses dados são alarmantes, haja vista que, a visão que esses sujeitos apresentam sobre o governo, é que não há uma postura ética em relação a essa função, e o que é mais preocupante, esses mesmos sujeitos estão cada vez mais conscientes e informados sobre essa situação e se mantêm indiferentes a ela, limitando-se a tecer comentários vagos e inconsistentes sobre o assunto.

**Tabela 16 - Proposições dos Estudantes de Economia Encontradas a Partir das Palavras: governo/corrupção**

Afirmam que o governo é corrupto	45%
Dizem que todo governo é corrupto	18%
Afirmam que não deveria haver corrupção no governo	12%
Acreditam que o governo corrupto retrai o país	8%
Acreditam que o governo não é corrupto	7%
O governo do Brasil luta contra a corrupção	6%

O poder corrompe o governo	4%
Total	100%

A tabela 17 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/imposto. Segundo os dados colhidos, 91% das frases construídas por esse grupo de sujeitos apresentam uma característica inadequada relacionada ao tema proposto. Esses resultados mostram que a avaliação feita, está intimamente ligada a condição limite entre faturamento e despesa desses sujeitos. Mais uma vez, os dados apontam para um sistema ineficaz face aos resultados encontrados. A representação desses sujeitos lembra algo idealizado e identificado por todos que integram essa sociedade, fazendo de um discurso crítico a linguagem comum do meio social independentemente de sua característica intelectual.

**Tabela 17 – Proposições dos Estudantes de Economia Encontradas a Partir das Palavras: governo/imposto**

O governo cobra altas taxas de impostos	45%
O governo administra mal os impostos arrecadados	33%
Acham que o governo deveria diminuir os impostos	13%
Acreditam que o governo controla o mercado através dos impostos	9%
Total	100%

A tabela 18 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/liderança. Nela, o discurso dos sujeitos apresenta expressões como: “é ruim ou não existe”, “deveria exercer”, “se encontra nas mãos de outros”. Este sentimento representa o descrédito que esses sujeitos empreendem em relação a quem coordena o Estado. São 60% de uma perspectiva inadequada sobre o assunto, mas que não apresenta nenhuma alusão a como se deveria ocorrer essa liderança. O restante apresenta comentários do tipo: “é importante” ou “exerce bem”. Esses comentários representam 40% dos sujeitos pesquisados, o que dá uma visão “idealizada” da coisa, uma mera repetição do discurso oficial.

**Tabela 18 - Proposições dos Estudantes de Economia Encontradas a Partir das Palavras: governo/liderança**

Dizem que a liderança do governo é ruim ou não existe	32%
Uma boa liderança é importante para o governo	25%
Afirmam que o governo deveria exercer uma melhor liderança	21%
Acham que o governo exerce bem a sua liderança	15%
Dizem que a liderança do governo se encontra nas mãos de outros	7%
Total	100%

A tabela 18 apresenta os resultados encontrados a partir da indução a partir das palavras governo/política. Os resultados relativos à tabela acima validam a idéia de que vem existindo uma distância significativa entre a prática social e a teoria

acadêmica. Suas interpretações apresentam uma característica apenas funcional sobre essa questão, representando um simples discurso oral passado de geração a geração onde o posicionamento contrário a situação apresenta certo grau de intelectualidade sem que haja nenhuma inferência as teorias políticas do Estado.

**Tabela 19 - Proposições dos Estudantes de Economia Encontradas a Partir das Palavras: governo/política**

Acham que o governo exerce uma política errada	23%
Dizem que a ação política do governo deve ser voltada aos anseios do povo	21%
Afirmam que a política é à base do governo	19%
Alegam que não há uma definição clara sobre a política no governo	13%
Acham que o governo exerce uma política em benefício próprio	12%
Dizem que a política adotada pelo governo é boa e necessária para a economia	12%
Total	100%

A tabela 20 apresenta os resultados encontrados a partir da indução das palavras governo/responsabilidade-social. Ao verificar os resultados apresentados percebe-se que a relação apresentada pelos sujeitos em relação o tema proposto é de reprovação, como se podem observar proposições do tipo: “não tem”, “deveria ter”, “só tem próximo às eleições”; que representam uma maioria significativa das respostas. Os fatores inadequados percebido pelos sujeitos, representam uma visão de Estado ineficiente face ao tema, no entanto, as respostas apresentadas são meras repetições superficiais de um discurso vago e estereotipado em relação a tudo que se refere ao governo. Tanto nessa tabela quanto em todas as anteriores os resultados encontrados em relação ao curso de ciências econômicas o discurso empreendido nas

respostas apresentou a mesma característica, a ineficiência do governo face aos temas propostos.

A perspectiva que esses sujeitos apresentam sobre o governo é ruim, simples, vaga e às vezes imprecisa dando a entender que o governo não é um objeto relevante para esses sujeitos. Em nenhum momento foi feita nenhuma inferência teórica sobre o assunto pesquisado, contradizendo um curso que apresenta em sua própria nomenclatura a palavra “ciências”, com uma grade curricular contendo: evolução das idéias sociais, política, filosofia e ética, economia brasileira contemporânea I e II, economia do setor público, que, com essa formação, fossem feitas referências diretas a essas questões e principalmente a economia e isso não ocorreu, as representações observadas nesses sujeitos são funcionais e superficiais em relação ao governo.

As representações apresentadas são preocupantes não só para a Academia, como aos governantes que administram o Estado em todas as instâncias: Federais, Estaduais e Municipais. Cabe aos sujeitos pesquisados, rever suas informações acadêmicas e administrativas, relacionando-as um pouco melhor com as práticas sociais de seu dia-a-dia, pois, a importância desses conhecimentos e atribuições a serem desenvolvidas junto à sociedade, é extremamente importante para um bom funcionamento do Estado, não nos moldes apresentados por Thomas Hobbes (1997) e John Locke (1997), que ainda hoje se mostram importantes, mas um pouco deficiente ao aproveitando social vigente.

**Tabela 20 - Proposições dos Estudantes de Economia Encontradas a Partir das Palavras: governo/responsabilidade-social**

Afirmam que o governo não tem responsabilidade social	44%
---	-----



Acreditam que o governo deveria ter mais responsabilidade social	29%
Afirmam que o governo tem responsabilidade social	15%
Acham que o governo só tem responsabilidade social próximo às eleições	6%
A Responsabilidade social é dever de todos e não só do governo	6%
Total	100%

## **CAPÍTULO IV**

### **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **04. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O objetivo dessa pesquisa foi de conhecer a representação social de governo, e através dela interpretar as concepções de Estado presentes em estudantes de direito, serviço social e economia. Os resultados apontam para a idéia de que o objeto dessa pesquisa não se mostrou como sendo algo relevante para os sujeitos pesquisados. Os resultados encontrados indicaram não existir uma representação social no sentido exato da palavra, ela está dispersa ou faz parte de uma outra representação. Teoricamente estes sujeitos deveriam ter uma prática acadêmica que incluísse o

Estado e o governo como temas centrais de fato. Contudo, se os estudos oferecidos tratam deste objeto e se eles apontam para sua importância na própria organização da sociedade, incluindo o futuro profissional destes mesmos sujeitos; o que podemos observar é que o objeto não é assimilado à vida cotidiana. Se existe uma prática social inerente à condição de cidadão, ela não se expressa através das relações com o objeto social governo, dando a entender, é que eles não percebem o objeto como sendo algo importante.

Os sujeitos pesquisados, provavelmente estarão entre os responsáveis pela organização das políticas públicas futuras adotadas nas três esferas administrativas aos quais eles pertencem. A dispersão da representação, a ausência de núcleo central e ainda mais, a ausência de elementos específicos e salientes (importantes), demonstram que não há referências às instituições, à democracia, à cidadania, à economia de mercado e às políticas públicas. Os resultados colhidos ao mesmo tempo em que apontam uma inércia intelectual dos sujeitos, refletem a realidade política a qual os mesmos estão inseridos. A percepção das pessoas face ao Estado e ao objeto governo é superficial, negativa e acontece com relativa frequência.

Muito provavelmente se tivéssemos apresentado uma questão solicitando uma definição conceitual de governo, e até de Estado, teríamos respostas definidas, estruturadas, ou pelo menos, coerentes. A especificidade encontrada nas questões de representação não é mero efeito do “tipo de questão” ou da situação da pesquisa. Elas marcam a definição entre o universo reificado dos conceitos (do conhecimento científico) e o universo cotidiano do senso comum, da vida cotidiana. Novos resultados apontam para uma leitura segundo a qual, embora estudem o Estado e o governo, estes sujeitos não incluem estes objetos no conjunto de eventos importantes que participam de sua vida cotidiana.

O problema encontrado nesse estudo deve contribuir para estimular a sociedade como um todo, no intuito de se organizar melhor exigindo uma reestruturação administrativa e social do Estado e de seus governantes. Constatou-se também que, a articulação entre a formação dos sujeitos e a prática administrativa adotada pelo Estado vem tendo um direcionamento desarticulado, pois, o que se viu foram conhecimentos truncados, baseados em informações práticas encontradas no meio comum de uma sociedade. O conhecimento prático relacionado ao senso comum apresentado, não condiz com o que é ensinado (referencial teórico) na academia. Os sujeitos estudam esses assuntos, porém seus conhecimentos teóricos não se expressam nas representações.

A gerência do Estado exercida pelo governo, está sendo vista como um sistema de ação voltada para interesses particulares e imediatos, sem objetivo específico e de pouca relevância para a sociedade. As visões atuais de contemporaneidade e de globalização exigem mais de uma sociedade organizada, as quais não foram observadas e, a idéia de tempo, lucro e razão, foram também desprezados, sendo esses assuntos fatores importantes para a economia capitalista atual inserida em uma modernidade factual onde a comunicação ocorre em tempo real. É bom lembrar que a coleta de dados referentes a essa pesquisa foi feita antes de se apresentar os escândalos vigentes e as CPIs instauradas do momento, e os conceitos encontrados são preocupantes, devido ao entendimento desordenado e confuso frente à questão pesquisada.

A teoria hobbesiana era fundamentada na idéia de que o soberano havia sido educado ao longo da vida no intuito de promover a segurança e a paz social no Estado. Locke (1997), em sua concepção de Estado natural, dizia que o indivíduo se protegeria contra os abusos do poder, pois, “são governados pela razão” (p. 15).

Ambos os teóricos, apresentaram idéias que em sua época faziam sentidos, mas que atualmente, alguns desses conceitos podem ser relacionados à condição vigente. Há no Estado uma espécie de pacto entre os homens, um acordo institucional implícito no intuito de garantir a segurança e a harmonia de um Estado de sociedade civil. E cabe a ele preservar a paz evitando que se fira o direito do outro em relação a si e a propriedade. O modelo governamental em vigor é desenvolvido e fundamentado em características liberais, o capital ordena a sociedade e a democracia regula o poder do Estado. O Estado de natureza continua a existir, porém, com uma outra perspectiva social. Nem sempre o governo tem a formação que o soberano se apresentava na visão de Hobbes (1997) onde, o absolutismo proposto por ele não é aceito. O liberalismo proposto por Locke (1997), deu lugar às distorções geradas pelo capitalismo e pela social-democracia, o que gerava indiferença e sofrimento à grande massa populacional e que relatava o quanto “a máquina econômica fabrica um número cada vez maior de marginais” (Thompson, 1998 p. 8).

A pulverização das idéias, conjuntamente com os discursos vazios encontrados nas respostas dadas pelos sujeitos e a repetição de valores superficiais apresentados, refletem “uma espécie de síndrome mundial que se espalha em um clima de insatisfação geral e desencantamento” (p. 13). A relação apresentada em relação ao objeto nos três grupos de sujeitos foi mínima, contrariando o que mais deveria ser observado, haja vista que; as concepções teóricas desenvolvidas em suas formações são diferentes e específicas em relação ao Estado e ao governo. Suas práticas mínimas em relação ao governo podem ser justificadas pelo modo como esses sujeitos observam o que está por vir:

O olhar do cidadão perscruta o futuro e entra em pânico quando observa, por toda parte, a ascensão das forças da desorganização e da anomia... Os

cidadãos constataram a incapacidade dos dirigentes políticos para analisar e explicar as dimensões e a natureza da crise contemporânea. Parece que ninguém está em condições de identificar o princípio fundador de nova era em que entramos (Ramonet, 1998 p. 13 –14).

Esperava-se no início do trabalho, de fato, que alguns sujeitos apresentassem alguma deficiência de conhecimento específico sobre Estado e o governo. A inferência sobre essas duas questões foi feita ao longo do texto devido ao hábito das pessoas em geral e também dos gestores públicos de nossa sociedade, em não diferenciar Estado de governo, contribuindo para um maior entendimento do assunto. Por isso, esse estudo fundamentou-se a partir de uma construção histórica com o intuito de justificar e encontrar uma relação entre as respostas apresentadas e tais teorias. Porém, contrariando as perspectivas a serem encontradas, a generalização factual do conhecimento específico e a própria dispersão da representação observada é contraditória, ela não se apresentou de modo bem estruturado.

Quanto ao governo, à estrutura representacional apresentada na opinião de futuros advogados, economistas e assistentes sociais, mostraram que essa população específica está avaliando-o de maneira bastante negativa, como acontece em vários segmentos sociais. A crise é observada e a aspiração popular pressiona o senso comum a buscar constantemente o bem-estar social, “pois essa é uma característica do pensamento popular brasileiro, que se nutre de fontes extremamente variadas” (p. 68). Há no Brasil, uma crise crônica referente ao Estado e a quem a população em sua maioria avalizou de maneira direta em representá-los (Pereira de Sá, 1996).

O povo brasileiro convive há tanto tempo com a instabilidade política e econômica que nenhuma “simples realidade” um tanto diversa das

anteriores, por mais satisfatória que se revele na prática cotidiana, poderá alterar muito rapidamente suas concepções pessimistas. Da mesma forma que as realidades conjunturais insatisfatórias do passado não chegaram a eliminar inteiramente de sua representação e esperança de “dias melhores” (Pereira de Sá, 2000; p. 68).

Como se viu, há uma representação social de governo que é superficial e negativa, o quê aponta para uma concepção diluída de Estado. A instabilidade política embelecida pela corrupção e a relativa estabilidade econômica regem a maneira negativa e a forma como a sociedade vê quem os representa. A realidade vivida apresenta uma percepção indefinida da representação e a esperança alimenta os anseios desse povo. Ao final desse trabalho buscamos contribuir com seus resultados, para o entendimento sobre a representação social de governo, e espera-se que eles sirvam de base para uma reestruturação prática e também teórica sobre o assunto. A concepção de Estado e a representação social de governo apresentadas pelos sujeitos pesquisados, apontaram para uma concepção prática e pouco teórica, além de dispersa sobre a representação social de governo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J. C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In: Guimelli (Ed.) Structures et transformations des représentations sociales, 73-84. Neuchâtel: Dechaus et Niestlé.
- Abric, J. C. (2000). Abordagem Estrutural das Representações sociais. In: Moreira, A. & Oliveira, D. (Orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB editora.
- Abric, J. C. (2003). Representações sociais e práticas educativas. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. Goiânia: UCG.
- Acquaviva, M. C. (2000). Teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva.
- Amoretti, J. e Guareschi, P. A. (2003). Representação social, ética e política. Trabalho apresentado na III Jornada internacional e I conferência brasileira sobre representações sociais, Rio de Janeiro, RJ.
- Anderson, P. (1994). Pós-neoliberalismo: Balanço do neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra.
- Angoulvent, A. L. (1996). Hobbes a moral política. São Paulo: Papirus.
- Azevedo, S. V. (2005). O controle social e a informação. Retirado; do site [www.ida.org.br/artigos/ética.pdf](http://www.ida.org.br/artigos/ética.pdf). 17/07/05.
- Bastos, C. B. (1995). Curso de teoria do Estado e ciência política. São Paulo: Saraiva.
- Batista, P. N. (1994). O caderno dívida externa nº. 06 - O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Editora Peres Ltda.
- Bobbio, N (1988). Liberalismo e democracia. São Paulo, Ed. Brasiliense.



- Campos, P. H. (2000). Estudos interdisciplinares de representação social. As representações sociais de “meninos de rua”: proximidade do objeto e diferenças estruturais. Goiânia: AB editora.
- Campos, P. H. (2003 a). O estudo das relações entre práticas sociais e representações. Revista estudos. Goiânia: UCG.
- Campos, P. H. (2003b). Educação social de rua: estudo estrutural de uma prática político-social. O social em questão (PUC/RJ), Rio de Janeiro, v.9, pp.28-48, 2003.
- Campos, P. H., & Loureiro, M. C. S. (2003). Representações sociais e práticas educativas. Goiânia: UCG.
- Casanova, P. G. (2002). Globalização excludente, desigualdade exclusão e democracia na nova ordem mundial. Globalidade, neoliberalismo e democracia. Vozes, Petrópolis, RJ.
- Chaves, J. C. (2003). Modernidade e Indivíduo: A indiferença e o Hedonismo dos afetos. Revista estudos. Goiânia: UCG.
- Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas
- Costa, F. G. (2001). Representação social da velhice em idosos participantes de instituições para a terceira idade. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Costa, S. (1999). Locke: Teórico do individualismo liberal. Em Costa S. (Org.), Cadernos didáticos (pp. 217- 230). Goiânia: UCG.
- Cunha, W. F. (1999). Introdução à ciência política. Goiânia: (Edição do autor).
- Duarte, J. C. P. (1997). Estado, políticas sociais e cidadania no ideário neoliberal – Uma interlocução com Roberto Campos. Brasília: UNB.
- Farr, R. M. (2000). Paradigmas em psicologia social: A individualização da psicologia

- social. Rio de Janeiro: Vozes.
- Featherstone, M. (1995). Cultura de consumo e Pós-modernismo. São Paulo: Stúdio Nobel.
- Foster, J.B. (2003). A nova era do imperialismo: Fragmentos de cultura, vol.13, p. 1235-1253. Goiânia: UCG.
- Freire, P. (2005). Terceiro setor: mais um ambiente de aprendizagem. Retirado do site: [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br) no dia 17/07/05.
- Gómez, J. M. (2002). Globalização excludente, desigualdade exclusão e democracia na nova ordem mundial. Globalização da política mitos, realidades e dilemas. Vozes, Petrópolis, RJ.
- Guimarães, J. G. (2003). A importância dos valores democráticos no combate às ações extrajudiciais da polícia militar. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Heck, J. N. (2003). Thomas Hobbes: passado e futuro. Goiânia: UCG.
- Hobbes, T. (1997). Leviatã. São Paulo: Nova Cultural.
- Hobbes, T. (1998). Do Cidadão. São Paulo: Nova Cultural.
- Ianni, O. (2002). A sociologia no horizonte do século XXI, a sociologia numa época de globalização. São Paulo: Boitempo.
- Jameson, F. (2002). Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Em Jodelet, D. (Org.), As representações Sociais (pp.17-44). Rio de Janeiro: UERJ.
- Jovchelovitch, S. (2000). Representações sociais e Esfera Pública “A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil”. Petrópolis: Vozes.

- Lagares, B. L. (2001). A representação social do trânsito como prática social complexa. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Laraia, R. B. (2002). Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lemos, G. S. F. (2004). Transporte coletivo em Goiânia: um estudo das Representações sociais. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Limongi, M. I. (2002). Hobbes. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Locke, J. (1997). Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova cultural.
- Locke, J. (1999). Segundo tratado sobre o governo. Lisboa: Fundação calouste.
- Loureiro, M. C. S. e Campos, P. H. F. (2003). Representação social e Formação de professores (pp. 104-116). Representações sociais e práticas educativas. Goiânia: UCG.
- Mabbot, J. D. (1968). O Estado e o cidadão “uma introdução à filosofia política”. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Machado, H. C. (2002). Risos e Formas em Vila Boa de Goiás. Dissertação de Especialização, não publicada, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Maluf, S. (1995). Teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva.
- Marx, K. e Engels, F. (1997). A ideologia Alemã. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo.
- Mazzotti, T. B. (2003). Metáfora: figura argumentativa central na coordenação discursiva das representações sociais. Em Campos, P. H. F., e ou Loureiro, M. C. S. (Org.), Representações sociais e práticas educativas (pp. 89-102). Goiânia: UCG.
- Moscovici, S. (1961). La psychanalyse, son image et son public. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). A Representação Social da Psicanálise. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Moscovici, S. (2001). As representações sociais p. 45 – 66 “Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história”. Rio de Janeiro: UERJ.
- Moscovici, S. (2003). Estudos v. 30 n.ºp. 11 – 30 “Por que estudar representações sociais em psicologia?”. Goiânia: UCG.
- Oliveira, J. P. (2002). Representação social da violência na escola. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Oliveira, N. S. (1999). Teoria geral do Estado. Goiânia: A B editora.
- Pereira de Sá, C. (1996). O Núcleo Central das Representações Sociais. Petrópolis: Vozes.
- Pereira de Sá, C. (2000). Estudos interdisciplinares de representação social: A representação social da economia brasileira antes e depois do “plano real”. Goiânia: AB editora.
- Pereira, C. e Soares, A (2003). Reflexões acerca da perspectiva das representações sociais. Revista estudos. Goiânia: UCG.
- Ramonet, I. (1998). Geopolítica do caos. Petrópolis: Vozes.
- Rosanvallon, P. (1997). Trad. Ulhôa, J. P. A crise do Estado-Providência. Goiânia: UNB, UFG.
- Rousseau, J. J. (1962). O contrato social. São Paulo: Globo.
- Souza, M. E. R. (1998). Natureza humana e o Estado e Thomas Hobbes. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Teixeira, A. P. (2003). Previdência social, revolução passiva e contra-reforma 7-10. Trabalho apresentado na III Conferência internacional de estudos Gramscianos, Universidade de Puebla, México. 17/07/05
- site: [www.artnet.com.br/gramsci/arquiv300.htm](http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv300.htm)
- Therborn, G. (2002). Globalização excludente, desigualdade exclusão e democracia na

- nova ordem mundial. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des) igualdades. Vozes, Petrópolis, RJ.
- Thompson, G. & Hirst P (1998). Globalização em questão: A economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes.
- Tönnies, F. (1988). Hobbes vida y doctrina. Madrid: Alianza editorial.
- Torres, A. R., Pereira, C. e Albernaz, M. (2003). Representação social dos partidos políticos brasileiros: Sua ancoragem na identificação partidária e nos sistemas de valores. Trabalho apresentado na III Jornada internacional e I conferência brasileira sobre representações sociais, Rio de Janeiro, RJ.
- Tuck, R. (2001). Hobbes. São Paulo: Loyola.
- Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. Bulletin de Psychologie, XLV, 405, p. 203 –209, 1992.
- Vincent, A. (1992). Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.